



*Manual para Participação na
Assembleia Geral Ordinária de 28
de abril de 2020*

Sumário

Mensagem do Presidente	1
Edital de Convocação	2
Informações sobre a Assembleia Geral	4
Quórum de instalação.....	4
Quórum das Deliberações.....	4
Exercício do Direito de Voto.....	5
Processo de voto múltiplo	6
Participação na Assembleia Geral	7
Participação presencial	7
Participação por procuradores.....	7
Participação por Voto a Distância	8
Participação por meio de plataforma eletrônica de votação.....	12
Esclarecimentos sobre o Resultado da Companhia	13
Eleição do Conselho de Administração.....	14
•Definição do número de integrantes e eleição dos membros indicados pelas acionistas controladoras	14
Indicações de candidatos formalizadas por acionistas preferencialistas não integrantes do bloco de controle.....	16
Indicação de candidato formalizada por acionista ordinarista não integrante do bloco de controle	17
Eleição do Conselho Fiscal	18
•Indicações de candidatos formalizadas por acionistas minoritários	18
Indicação de candidatos formalizada pelas acionistas controladoras	20
Remuneração global, verba previdenciária dos Administradores e verba para custear as contribuições ao INSS	21
Remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal e verba para custear as contribuições ao INSS.....	22
Informações dos indicados para o Conselho de Administração.....	23
•pelas acionistas controladoras	23
•por acionista minoritário.....	36
Informações dos indicados para o Conselho Fiscal	45
•pelas acionistas controladoras	45
•por acionistas minoritários.....	48
Informações adicionais sobre a Remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal.....	60
Modelo de procuração	73
Comentários dos Diretores sobre a Companhia	74

Mensagem do Presidente

São Paulo, SP, 27 de março de 2020

Prezados acionistas,

Com satisfação, venho convidá-los a participar da Assembleia Geral Ordinária da Bradespar que será realizada às 10h do dia 28 de abril de 2020, na Avenida Paulista, 1.450, 9º andar, Cerqueira César, São Paulo, SP.

Visando a auxiliá-los no entendimento das matérias constantes do Edital de Convocação, preparamos este Manual que contém importantes informações relativas à Companhia, requeridas pela legislação aplicável, que deverão ajudá-los na avaliação minuciosa da Ordem do Dia que será objeto de exame, discussão e deliberação na Assembleia e, conseqüentemente, na decisão dos seus votos.

Dessa forma, recomendamos a sua leitura, ao mesmo tempo em que colocamos à disposição dos senhores o e-mail bradespar@bradespar.com para dirimir quaisquer dúvidas.

Esperando contar com o envolvimento e participação dos nossos acionistas nesse importante evento, e, especialmente neste momento em que o mundo está unido no combate à ameaça do COVID-19, incentivamos os senhores a utilizarem o “Boletim de Voto a Distância” ou a plataforma eletrônica de votação, importantes, confiáveis e eficazes ferramentas que assegurarão seu pleno exercício do direito de voto.

Por fim, àqueles acionistas que optarem pelo comparecimento à sede da Bradespar, no dia 28 de abril, informamos que o seu acesso será permitido a partir das 8h, o que nos possibilitará dar melhor fluidez aos trabalhos de identificação e cadastramento dos participantes, assim como da avaliação da documentação relativa à outorga de poderes que nos forem entregues.

Agradecidos pela confiança que os senhores têm depositado na Bradespar, desejamos a todos uma boa leitura e um excelente evento.

Cordialmente,

Fernando Jorge Buso Gomes
Presidente do Conselho de Administração

Edital de Convocação

Bradespar S.A.
CNPJ nº 03.847.461/0001-92 - NIRE 35.300.178.360
Companhia Aberta
Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no próximo dia 28 de abril de 2020, às 10h, na sede social, localizada na Avenida Paulista, 1.450, 9º andar, Cerqueira César, São Paulo, SP, a fim de:

1. tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2019;
2. definir o número de integrantes do Conselho de Administração;
3. eleger, observadas as disposições dos Artigos 141 e 147 da Lei nº 6.404/76, e da Instrução CVM nº 367/02, os membros do Conselho de Administração, sendo necessário, nos termos das Instruções CVM nºs 165/91 e 282/98, o requerimento de acionistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que seja adotado o processo de voto múltiplo;
4. eleger, observadas as disposições dos Artigos 161 e 162 da Lei nº 6.404/76, os membros do Conselho Fiscal;
5. deliberar, para o exercício de 2020, sobre a remuneração global dos Administradores, a verba para custear Plano de Previdência e a verba correspondente às contribuições para o INSS que sejam ônus da Sociedade;
6. deliberar, para o exercício de 2020, sobre a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, bem como sobre a verba correspondente às contribuições para o INSS que sejam ônus da Sociedade.

Participação na Assembleia: nos termos do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, e alterações posteriores, para participar e deliberar na Assembleia o acionista deve observar que:

- além do documento de identidade, deve apresentar, também, comprovante de titularidade das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante, sendo que, para o titular de ações escriturais custodiadas no Bradesco, fica dispensada a apresentação do citado comprovante;
- caso não possa estar presente à Assembleia Geral, o acionista poderá ser representado por procurador constituído há menos de um ano, desde que esse seja acionista, administrador da Sociedade, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, observado que os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados conforme seus estatutos/contratos sociais;
- antes de seu encaminhamento à Bradespar, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa. As respectivas traduções deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos (não será necessária a tradução juramentada);

- com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia, solicitamos que o comprovante de titularidade das ações, o instrumento de mandato e a eventual declaração de voto, a critério do acionista, sejam depositados na sede da Sociedade, preferencialmente, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da Assembleia Geral, ou no Banco Bradesco S.A. (escriturador das ações de emissão da Sociedade) - Secretaria Geral - Área Societária - Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, Brasil - CEP 06029-900. Cópia da documentação poderá ainda ser encaminhada, antecipadamente, para o e-mail bradespar@bradespar.com;
- caso opte pelo voto a distância, deverá manifestar sua intenção de voto, enviando o respectivo Boletim de Voto a Distância: 1) ao escriturador das ações da Sociedade, por meio de toda a Rede de Agências Bradesco; ou 2) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou ainda 3) diretamente à Sociedade. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/09 e os procedimentos descritos no Boletim de Voto a Distância disponibilizado pela Sociedade, bem como no respectivo Manual para Participação na Assembleia Geral Ordinária (Manual);
- para os investidores com ações custodiadas na B3 ou diretamente no escriturador, além dos processos de participação acima elencados, a Bradespar também permitirá o exercício do direito de voto de modo eletrônico, com até 72 horas de antecedência da data da Assembleia ou seja, até às 10h do dia 25.4.2020 (para informações adicionais, consultar o Manual);
- **a Companhia ressalta que, em eventual eleição em separado para o Conselho de Administração, somente serão computados os votos relativos às ações detidas pelos acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral, conforme estabelece o Parágrafo 6º do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76, bem como os percentuais mínimos estabelecidos nos Parágrafos 4º ou 5º do citado Artigo 141;**
- para uma melhor fluidez dos trabalhos, o acesso dos acionistas ao ambiente onde a Assembleia ocorrerá será permitido a partir das 8h, ocasião em que poderão ser dirimidas eventuais dúvidas em relação às matérias a serem deliberadas.

Documentos à disposição dos acionistas: todos os documentos legais e informações adicionais necessários para análise e exercício do direito de voto estão à disposição dos acionistas na sede da Bradespar, na Avenida Paulista, 1.450, 9º andar, Cerqueira César, São Paulo, SP - CEP 01310-917, e nos sites da Bradespar (www.bradespar.com.br - Informações aos Investidores - Fatos-Relevantes); da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/?CiaDoc>).

Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por intermédio do e-mail bradespar@bradespar.com ou no site www.bradespar.com.br - Atendimento - Fale com RI.

São Paulo, SP, 27 de março de 2020

Fernando Jorge Buso Gomes
Presidente do Conselho de Administração

Informações sobre a Assembleia Geral

Conforme já mencionado anteriormente, convocamos Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no próximo dia 28 de abril de 2020, às 10h, cujo Edital de Convocação, constante deste Manual, enumera, segregada e expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem discutidas na Assembleia, não cabendo a inclusão de outros assuntos que dependam de deliberação assemblear.

Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2019, abaixo relacionados:

- I. Relatório da Administração sobre os negócios e os principais fatos administrativos do exercício findo;
- II. Demonstrações Contábeis;
- III. Relatório dos Auditores Independentes; e
- IV. Parecer do Conselho Fiscal.

Foram:

- disponibilizados aos investidores nacionais e internacionais (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), Comissão de Valores Mobiliários - CVM e LATIBEX), em 26.3.2020, e, desde então, podem ser visualizados nos *sites* da B3 (www.b3.com.br) e CVM (www.cvm.gov.br), bem como no da própria Bradespar (www.bradespar.com.br); e
- publicados, nesta data (27.3.2020), nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “Valor Econômico”.

Todos os demais documentos relativos à Assembleia fazem parte deste Manual e estão à disposição dos acionistas na sede da Sociedade, na Avenida Paulista, 1.450, 9º andar, Cerqueira César, São Paulo, SP, CEP 01310-917, podendo ainda ser visualizados nos sites da Bradespar, da B3 e da CVM, acima indicados.

Quórum de instalação

O quórum de instalação da nossa Assembleia obedecerá ao disposto no Artigo 125 da Lei nº 6.404/76, ou seja, após ter sido confirmada a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto.

Quórum das Deliberações

Nos termos do Artigo 129 da Lei nº 6.404/76, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

De acordo com a legislação brasileira e com o Estatuto Social da Bradespar:

- os **titulares de ações ordinárias**:

- ✓ terão direito de voto em todas as matérias elencadas na Ordem do Dia, exceção: às eleições em separado de candidatos ao Conselho de Administração^(*) e/ou ao Conselho Fiscal que venham a ser indicados exclusivamente por acionistas preferencialistas não integrantes do bloco de controle.

(*) O disposto acima não se aplica caso, no momento da Assembleia, os acionistas preferencialistas e ordinaristas, não integrantes do bloco de controle, agreguem suas ações para elegerem em conjunto um membro **para o Conselho de Administração**, conforme dispõe o Parágrafo 5º do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76.



- os **titulares de ações preferenciais**:

- ✓ terão direito de voto somente nas matérias constantes dos itens 3 e/ou 4 da Ordem do Dia, exclusivamente no que se refere às eventuais eleições em separado de candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal;
- ✓ apesar de não lhes ser conferido direito de voto nas demais matérias, poderão participar do exame e discussão de cada uma delas.

- os **titulares de ações preferenciais e os acionistas ordinaristas (não integrantes do bloco de controle)**:

- ✓ terão direito de eleger seus candidatos, em votação em separado, conforme segue:

Conselho de Administração (item 3 da Ordem do Dia)

Nos termos do Artigo 141, Parágrafos Quarto a Sexto, da Lei nº 6.404/76, terão direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração, em votação em separado, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares:

- I. de ações ordinárias que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações ordinárias;

- II. de ações preferenciais que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social; e
- III. verificando-se que nem os titulares de ações ordinárias nem os titulares de ações preferenciais perfizeram o quórum exigido nos itens acima, ser-lhes-á facultado agregar suas ações para elegerem em conjunto um membro para o Conselho de Administração, observando-se o quórum de 10% (dez por cento) do capital social.

Somente poderão eleger ou destituir membros do Conselho de Administração pelo processo de votação em separado os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal (item 4 da Ordem do Dia)

Na constituição do Conselho Fiscal, deverá ser observado que:

- a) os titulares de ações preferenciais terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e respectivo suplente; igual direito terão os acionistas ordinários não controladores, desde que estejam em circulação no mercado, pelo menos, 10% (dez por cento) das ações ordinárias de emissão da Sociedade;
- b) ressalvado o disposto no item anterior, os demais acionistas ordinários poderão eleger os membros efetivos e suplentes que, em qualquer caso, serão em número igual ao dos eleitos nos termos da alínea “a”, mais um.

Processo de voto múltiplo

Nos termos das Instruções CVM nºs 165/91 e 282/98, para que seja adotado o processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas solicitantes deverão representar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de participação no capital votante da Sociedade.

Conforme previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76, essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral, cabendo à Mesa que dirigir os trabalhos da Assembleia informar previamente aos acionistas, à vista do “Livro de Presença”, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

A votação por processo de voto múltiplo dar-se-á mediante a atribuição a cada ação de tantos votos quantos sejam os membros do Conselho a serem eleitos, por meio de tal sistema, podendo o acionista cumular votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários. Nesse processo, os candidatos serão indicados e eleitos individualmente, com os respectivos nomes registrados perante a Mesa da Assembleia.

Participação na Assembleia Geral

Participação presencial

Os acionistas da Sociedade poderão participar da Assembleia Geral comparecendo à sua sede e declarando seus votos, conforme as espécies de ações que possuam (ordinárias e/ou preferenciais) e as matérias a serem votadas.

De acordo com o disposto no Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral apresentando, além do documento de identidade, comprovante de titularidade das ações de emissão da Sociedade, expedido pela instituição financeira depositária e/ou custodiante. A administração recomenda que referido comprovante seja emitido com até 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da mencionada Assembleia.

As acionistas pessoas jurídicas, como Sociedades Comerciais e os Fundos de Investimento, deverão ser representados em conformidade com seu Estatuto/Contrato Social ou Regulamento, entregando os documentos comprobatórios da regularidade da representação, acompanhados de Ata de eleição dos Administradores, se for o caso, no local e prazo indicados no item abaixo.

Os acionistas sem direito de voto podem comparecer à Assembleia Geral e discutir todas as matérias submetidas à deliberação, além daquelas constantes dos itens 3 e 4.

Participação por procuradores

Os acionistas poderão ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que este também seja acionista, administrador da Bradespar, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, sendo que a procuração deverá, obrigatoriamente, ter o reconhecimento da firma do outorgante em Cartório. Observamos, ainda, que os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados conforme seus estatutos/contratos sociais, sem a obrigatoriedade de os respectivos procuradores serem acionistas, administradores da Bradespar, advogado ou instituição financeira.

Com o intuito de auxiliar os acionistas, disponibilizamos, no final deste manual, Modelo de Procuração.

Opcionalmente, os acionistas poderão outorgar procuração com textos diferentes daquele por nós sugerido, desde que contenham, de modo expresso, os poderes outorgados e a identificação precisa tanto do outorgante quanto do outorgado.

Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início da Assembleia Geral, bem como a titularidade das ações.

Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia, solicitamos que o comprovante de titularidade das ações, o instrumento de mandato e a eventual declaração de voto, a critério do acionista, sejam depositados na sede da Sociedade, preferencialmente, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da Assembleia Geral:

- ✓ na sede da Bradespar; ou
- ✓ no escriturador das ações de emissão da Sociedade (Banco Bradesco S.A., Área Societária, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, Brasil - CEP 06029-900).

Antes de seu encaminhamento à Bradespar, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa. As respectivas traduções deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos (não será necessária a tradução juramentada).

Participação por Voto a Distância

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM nº 481/09, os acionistas da Sociedade também poderão exercer o voto em assembleias gerais por meio de voto a distância, a ser formalizado em documento denominado “Boletim de Voto a Distância” (Boletim), cujo modelo está disponibilizado no site da Bradespar (www.bradespar.com.br) e no site da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/?CiaDoc>).

A Bradespar informa que:

- ✓ **Os acionistas ordinaristas** com posição mantida até a data da Assembleia terão direito de votar em todas as matérias constantes do Boletim, **com exceção** à votação em separado para a eleição dos membros do Conselho de Administração e/ou do Conselho Fiscal indicados **EXCLUSIVAMENTE** por acionistas minoritários detentores de ações preferenciais;
- ✓ **Os acionistas minoritários detentores de ações preferenciais** com posição mantida até a data da Assembleia terão direito a voto **EXCLUSIVAMENTE** no item do Boletim referente à votação em separado para eleições de membros do Conselho de Administração e/ou do Conselho Fiscal indicados por acionistas minoritários detentores de ações preferenciais.

O acionista que resolver exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo **por uma das opções abaixo descritas:**

Essa opção destina-se, **exclusivamente**, aos acionistas detentores de ações depositadas no Bradesco, na qualidade de escriturador das ações de **emissão da Bradespar**.

Toda a Rede de Agências Bradesco no Brasil está disponível para, **durante o horário de expediente bancário local**, tomar as providências para que o acionista exerça seu voto a distância.

I - Boletim preenchido e assinado em uma Agência Bradesco.

✓ Acessar o site da Companhia (www.bradespar.com.br) ou o site da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/?CiaDoc>), **imprimir o Boletim, preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo;**

✓ Munido do Boletim **preenchido, rubricado e assinado**, bem como dos documentos constantes da tabela abaixo, conforme o caso, o acionista deverá comparecer a qualquer uma das Agências Bradesco, **até 20.4.2020, durante o horário de expediente bancário local**, para que as informações constantes do seu Boletim, na sua presença, sejam transferidas para os sistemas do Bradesco, recebendo o comprovante tão logo seja concretizada a votação.

Antes de seu encaminhamento às Agências Bradesco, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira **deverão ser traduzidos para a língua portuguesa**. As respectivas traduções deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos (**não será necessária a tradução juramentada**).



Importante: Boletins entregues nas Agências Bradesco após o encerramento do expediente bancário de 20.4.2020 serão desconsiderados.

Documentos a serem apresentados na agência Bradesco, juntamente com o Boletim	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Inv.
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ¹	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ²	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso ²	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

⁽¹⁾ Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

⁽²⁾ Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

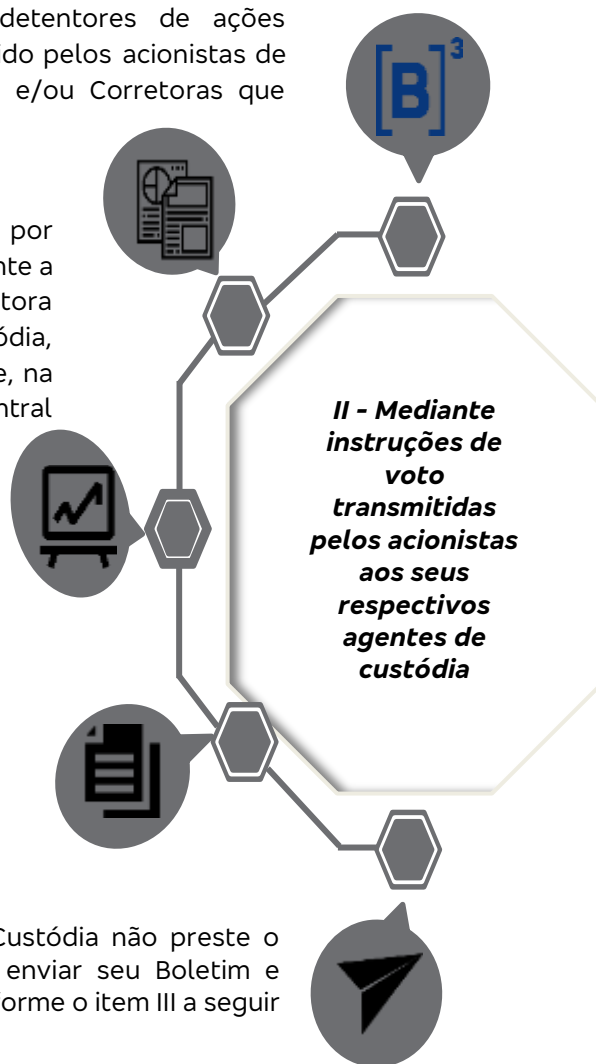
A Administração ressalta que os procedimentos acima não poderão ser adotados para os acionistas detentores de ações custodiadas na B3 e/ou junto a qualquer outro agente de custódia. Nessa hipótese, deverá ser observado o disposto no item II a seguir.

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas na B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelas Instituições e/ou Corretoras que mantêm suas posições em custódia.

O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto à Instituição e/ou Corretora (Agente de Custódia) que mantém suas ações em custódia, **observadas as regras determinadas por esses últimos** que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim é facultativa para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

A Bradespar informa que caso seu respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância, o acionista terá a opção de enviar seu Boletim e documentos aplicáveis diretamente à própria Sociedade, conforme o item III a seguir



Essa opção pode ser utilizada por **qualquer acionista da Sociedade**.



A Sociedade **receberá versão impressa do Boletim** juntamente com as versões impressas dos documentos indicados na tabela constante da **página 9**, por correio postal, **impreterivelmente, até o dia 21.4.2020**, inclusive, em sua sede social, na Avenida Paulista, 1.450, 9º andar, Cerqueira César, São Paulo, SP.

III - Mediante encaminhamento de sua orientação de voto diretamente à Sociedade



A fim de que o acionista **não tenha seu voto desconsiderado** por eventual vício, a Sociedade solicita que os Boletins sejam **recepcionados até o dia 17.4.2020**, em tempo hábil para que sejam requeridos eventuais ajustes, os quais deverão ser tempestivamente regularizados e devolvidos à Sociedade até o dia **21.4.2020**.



Antes de seu encaminhamento à Bradespar, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira **deverão ser traduzidos para a língua portuguesa**. As respectivas traduções deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos (**não será necessária a tradução juramentada**).



Caso a documentação física elencada no quadro acima **não seja recepcionada na sua sede social até 21.4.2020**, a Bradespar comunicará ao acionista que os **votos proferidos via Boletim serão desconsiderados**.

Informações Gerais

A Bradespar ressalta que:

- ✓ **Caso o acionista decida requerer a adoção do voto múltiplo,** deverá obrigatoriamente:
 - 1º** preencher os itens 3 e 5 do Boletim.
 - 2º** no caso de optar por “Não” no item 6 do Boletim, distribuir seus votos dentre os candidatos do Conselho de Administração de maneira que a totalização atinja exatamente **100% das ações utilizadas.**
- ✓ conforme determinado pelo artigo 21-S da Instrução CVM nº 481/09, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ;
- ✓ encerrado o prazo de votação à distância, ou seja, **21.4.2020 (inclusive)**, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo se presente na Assembleia Geral ou representado por procuração, mediante solicitação, explícita, de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação.

Participação por meio de plataforma eletrônica de votação

Para os investidores com ações custodiadas na B3 ou diretamente no escriturador, além dos processos de participação acima elencados, a Bradespar também permitirá, gratuitamente, o exercício do direito de voto de modo eletrônico.

Assim, o acionista que desejar deverá acessar o link **www.proxyvoting.com.br**, solicitar acesso à plataforma de votação e fornecer as informações necessárias à confirmação da sua condição de acionista da Bradespar.

A Bradespar ressalta que o procedimento de votação por meio da plataforma eletrônica deverá estar concluído com até 72 horas de antecedência do horário da Assembleia, ou seja, até às 10h do dia 25.4.2020.

Informações adicionais poderão ser obtidas nos telefones e e-mail constantes do site da plataforma eletrônica aqui mencionada.

Assembleia Geral Ordinária

Esclarecimentos relativos ao Inciso II do Parágrafo Único do Artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, bem como às demais informações indicadas no Anexo 9-1-II à referida Instrução

Senhores acionistas,

A Sociedade apurou no exercício social encerrado em 31.12.2019 prejuízo no montante de R\$403.207.210,25, que foi integralmente absorvido por reservas estatutárias, em conformidade com o disposto no Parágrafo Único do Artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

Desta forma, em conformidade com o disposto no item 3.4.2 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, a Administração da Sociedade informa que deixa de apresentar a proposta prevista no Inciso II do Parágrafo Único do Artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, bem como as demais informações indicadas no Anexo 9-1-II à referida Instrução.

Assembleia Geral Ordinária
Proposta para definir o número de integrantes do Conselho de Administração e
eleger os seus membros

Definição do número de integrantes e eleição dos membros indicados pelas acionistas controladoras

A Companhia recebeu das suas acionistas controladoras a informação de que propõem que Conselho de Administração seja composto, no presente exercício social, por 9 (nove) membros.

Desta forma, observadas as disposições do “caput” do Artigo 9º do Estatuto Social, as acionistas controladoras indicaram para compor o Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, estendido até a posse dos novos Conselheiros que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021:

Luiz Carlos Trabuço Cappi, brasileiro, viúvo, bancário, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68;

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, brasileiro, casado, bancário, RG 6.448.545-6/SSP-SP, CPF 021.698.868/34

Denise Aguiar Alvarez, brasileira, divorciada, educadora, RG 5.700.904-1/SSP-SP, CPF 032.376.698/65

João Aguiar Alvarez, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, RG 6.239.718-7/SSP-SP, CPF 029.533.938/11

Milton Matsumoto, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04

Alexandre da Silva Glüher, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04

Josué Augusto Pancini, brasileiro, casado, bancário, RG 10.389.168-7/SSP-SP, CPF 966.136.968/20

Maurício Machado de Minas, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62

Fernando Jorge Buso Gomes, brasileiro, casado, economista, RG 04960580-1/IFP-RJ, CPF 370.624.177-34

A Bradespar Informa que:

- os candidatos indicados pelas acionistas controladoras arquivaram em sua sede social declaração, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76.
- a eleição dos membros do Conselho de Administração ocorrerá por meio de votação individualizada;
- o número de membros acima informado poderá ser aumentado por decisão a ser tomada pelos acionistas na própria Assembleia nas seguintes hipóteses:
 - caso haja requerimento de adoção do sistema de voto múltiplo que perfaça os requisitos legais e regulamentares aplicáveis (caput e Parágrafo Primeiro do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e Instruções nºs 165/91 e 282/98); ou

- caso acionistas minoritários exerçam o direito de eleger membros do Conselho de Administração em votação em separado, desde que sejam atendidos os requisitos previstos nos Parágrafos Quarto a Sexto do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76;
- de acordo com o disposto no Artigo 110 da Lei nº 6.404/76, que dispõe que “cada ação ordinária corresponde a 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral”, vedando, portanto, o voto plural, caso venha a ser requerida a adoção do processo de voto múltiplo e também houver a indicação de candidatos para o processo de eleição em separado, o acionista ordinarista não poderá participar dos dois processos de votação com as mesmas ações.

Para outros detalhes, consulte as Informações dos indicados para o Conselho de Administração pelas acionistas controladoras, em atendimento aos Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterado pela Instrução CVM nº 552/14.

Assembleia Geral Ordinária
Indicações de candidatos para o Conselho de Administração formalizadas por
acionistas preferencialistas não integrantes do bloco de controle

Em atendimento ao que dispõe o inciso "II" do Parágrafo Quarto do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76, a Bradespar informa que recebeu, de acionistas preferencialistas não integrantes do bloco de controle, indicações de 2 (dois) candidatos para concorrer à vaga no seu Conselho de Administração.

- ✓ a Geração Futuro L. PAR Fundo de Investimento em Ações indicou o senhor **Wilfredo João Vicente Gomes**, brasileiro, casado, administrador, RG 1.376.630-9/SSP-SC, CPF 591.561.989/49, com domicílio na Avenida Governador Irineu Bornhausen, 3.600, Torre A, ap. 301, Agronômica, Florianópolis, SC, CEP 88025-200; e
- ✓ a Aberdeen Standard Investments, juntamente com alguns fundos de investimento e carteiras sob gestão de empresas integrantes de seu grupo econômico, indicou o senhor **José Luiz Osório de Almeida Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, documento de Identidade 2440046/IFP-RJ, CPF 051.367.447/07, com domicílio na Rua Baronesa de Poconé, 233, ap. 101, Lagoa, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22471-270.

A Bradespar esclarece que, nos termos dos Parágrafos Quarto a Sexto do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76:

- eventual eleição, em votação em separado, sem a participação das acionistas controladoras, de qualquer um dos candidatos acima mencionados, ou de qualquer outro que, até a data da assembleia, venha a ser indicado para concorrer ao cargo no Conselho de Administração da Companhia, está condicionada à aprovação por acionistas titulares de ações preferenciais que representem, pelo menos, 10% (dez por cento) do capital total;
- em se verificando que os titulares de ações preferenciais não perfizeram o quórum acima mencionado, ser-lhes-á facultado agregar suas ações às ações de acionistas ordinaristas para, em conjunto, elegerem 1 (um) membro para o Conselho de Administração, observando-se o quórum de 10% (dez por cento) do capital total; e
- para que o voto do acionista titular de ações preferenciais não integrante do bloco de controle seja computado, será imprescindível a comprovação da titularidade ininterrupta da participação acionária desde 28.1.2020.

Para outros detalhes, consulte as informações sobre os candidatos indicados para o Conselho de Administração por acionistas preferencialistas não integrantes do bloco de controle, em atendimento aos Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterado pela Instrução CVM nº 552/14.

Sugerimos ao acionista que eventualmente já tenha a intenção de constituir procurador para representá-lo na Assembleia Geral Ordinária, que utilize o modelo de procuração anexo para exercer o seu direito de voto.

Assembleia Geral Ordinária

Indicação de candidato para o Conselho de Administração formalizada por acionista ordinarista não integrante do bloco de controle

Em atendimento ao que dispõe o inciso “I” do Parágrafo Quarto do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76, a Bradespar informa que recebeu, da Tempo Capital Principal Fundo de Investimento de Ações, acionista ordinarista não integrante do bloco de controle, a indicação do nome do senhor **André Leal Faoro**, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 51.671, CPF 706.343.437-34, com domicílio na Rua Araújo Porto Alegre, 36, sala 1.102, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20030-902, para concorrer à vaga no seu Conselho de Administração.

A Bradespar esclarece que, nos termos dos Parágrafos Quarto a Sexto do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76:

- eventual eleição, em votação em separado, sem a participação das acionistas controladoras, do senhor **André Leal Faoro**, ou de qualquer outro que, até a data da assembleia, venha a ser indicado para concorrer ao cargo no Conselho de Administração da Companhia, está condicionada à aprovação por acionistas ordinaristas que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações ordinárias;
- em se verificando que os titulares de ações ordinárias não perfizeram o quórum acima mencionado, ser-lhes-á facultado agregar suas ações às ações de acionistas preferencialistas para, em conjunto, elegerem 1 (um) membro para o Conselho de Administração, observando-se o quórum de 10% (dez por cento) do capital total; e
- para que o voto do acionista titular de ações ordinárias não integrante do bloco de controle seja computado, será imprescindível a comprovação da titularidade ininterrupta da participação acionária desde 28.1.2020.

Para outros detalhes, consulte as informações sobre o candidato indicado para o Conselho de Administração por acionista ordinarista não integrante do bloco de controle, em atendimento aos Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterado pela Instrução CVM nº 552/14.

Sugerimos ao acionista que eventualmente já tenha a intenção de constituir procurador para representá-lo na Assembleia Geral Ordinária, que utilize o modelo de procuração anexo para exercer o seu direito de voto.

Assembleia Geral Ordinária
Eleição de membros para o Conselho Fiscal

Eleição do Conselho Fiscal

«Indicações de candidatos formalizadas por acionistas minoritários»

Indicação de candidatos formalizada por acionista preferencialista não integrante do bloco de controle

Em atendimento ao que dispõe a alínea “a” do Parágrafo Quarto do Artigo 161 da Lei nº 6.404/76, a Bradespar informa que recebeu, da Geração Futuro L. PAR Fundo de Investimento em Ações, acionista preferencialista não integrante do bloco de controle, a indicação de candidatos para concorrerem a 1 (uma) vaga de Membro Efetivo e respectivo Suplente no Conselho Fiscal da Companhia, em votação em separado, da qual não participarão as acionistas controladoras:

Membro Efetivo	Membro Suplente
Carlos Eduardo Teixeira Taveiros , brasileiro, casado, assistente de gestão, RG 8.500.874-6, CPF 063.410.028/90, com domicílio na Rua Dona Gabriela, 307, Vila Dom Pedro II, São Paulo, SP, CEP 02244-060	Nilvo Reinoldo Fries , brasileiro, casado, administrador, RG 4010646026/SSP-PC-RS, CPF 266.552.500/30, com domicílio na Rua Felicíssimo de Azevedo, 464/302, São João, Porto Alegre, RS, CEP ,90540-110

Para outros detalhes, consulte as informações sobre os candidatos indicados para o Conselho Fiscal por acionista preferencialista não integrante do bloco de controle, em atendimento aos Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterado pela Instrução CVM nº 552/14.

Sugerimos ao acionista que eventualmente já tenha a intenção de constituir procurador para representá-lo na Assembleia Geral Ordinária, que utilize o modelo de procuração anexo para exercer o seu direito de voto.

Assembleia Geral Ordinária
Eleição de membros para o Conselho Fiscal

Indicação de candidatos formalizada por acionista ordinarista não controladora

Em atendimento ao que dispõe a alínea “a” do Parágrafo Quarto do Artigo 161 da Lei nº 6.404/76, a Bradespar informa que recebeu, da Tempo Capital Principal Fundo de Investimento de Ações, acionista ordinarista não integrante do bloco de controle, a indicação dos candidatos abaixo relacionados para concorrerem a 1 (uma) vaga de Membro Efetivo e respectivo Suplente no Conselho Fiscal da Companhia, em votação em separado, da qual não participarão as acionistas controladoras:

Membro Efetivo	Membro Suplente
<i>Ricardo Reisen de Pinho</i> , brasileiro, casado, engenheiro, RG 46961835/IFP-RJ, CPF 855.027.907/20, com domicílio na Avenida Prof. Frederico Herman Jr., 199, ap. 121, bloco A, São Paulo, SP, CEP 05459-010	<i>Raphael Manhães Martins</i> , brasileiro, solteiro, advogado, OAB/RJ 147.187, CPF 096.952.607/56, com domicílio na Rua Araújo Porto Alegre, 36, sala 1.102, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20030-902

Para outros detalhes, consulte as informações sobre os indicados para o Conselho Fiscal por acionista ordinarista não integrante do bloco de controle, em atendimento aos Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterado pela Instrução CVM nº 552/14.

Sugerimos ao acionista que eventualmente já tenha a intenção de constituir procurador para representá-lo na Assembleia Geral Ordinária, que utilize o modelo de procuração anexo para exercer o seu direito de voto.

Assembleia Geral Ordinária
Eleição de membros para o Conselho Fiscal

Indicação de candidatos formalizada pelas acionistas controladoras

A Bradespar vem informar que suas acionistas controladoras, utilizando-se da faculdade de eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes (conforme dispõe o inciso "b" do Parágrafo Quarto do Artigo 161 da Lei nº 6.404/76), indicaram os candidatos abaixo relacionados para integrá-lo até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021:

a) como **membros efetivos**:

Ariovaldo Pereira, brasileiro, casado, contador, RG 5.878.122-5/SSP-SP, CPF 437.244.508/34, com domicílio na Avenida Escola Politécnica, 942, Bloco C2, apartamento 172, Rio Pequeno, São Paulo, SP, CEP 05350-000

João Carlos de Oliveira, brasileiro, casado, consultor empresarial, RG 50.785.140-7/SSP-SP, CPF 171.602.609/10, com domicílio na Avenida Doutor Martin Luther King, 980, apartamento 71, Torre Top, Jardim Umuarama, Osasco, SP, CEP 06030-003

João Batista de Moraes, brasileiro, casado, advogado, RG 8.780.236/SSP-SP, CPF 863.025.078/04, com endereço profissional na Avenida dos Autonomistas, 896, Torre Mykonos, sala 811, Osasco, SP, CEP 06020-010

b) como **suplentes dos acima indicados**, respectivamente, os senhores:

Clayton Neves Xavier, brasileiro, casado, economista, RG 22.251.048-1/SSP-SP, CPF 103.750.518/21, com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900

Luiz Eduardo Nobre Borges, brasileiro, casado, contador, RG 24.647.000-8/SSP-SP, CPF 185.221.388-42, com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900

Yara Piauilino, brasileira, casada, advogada, OAB-SP 132.253, CPF 091.420.598-60, com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900

A Companhia esclarece que os candidatos arquivaram na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal e de que preenchem as condições previstas no Artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

Para outros detalhes, consulte as informações sobre os indicados para o Conselho Fiscal pelas acionistas controladoras, em atendimento aos Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, nos termos do Anexo A da Instrução CVM nº 552/14.

Assembleia Geral Ordinária

Proposta para remuneração global e verba previdenciária dos Administradores, bem como verba para custear as contribuições ao INSS

Remuneração global, verba previdenciária dos Administradores e verba para custear as contribuições ao INSS

O Conselho de Administração da Sociedade está propondo, ao exame e deliberação dos seus acionistas, os valores destinados a custear, para seus Administradores, a remuneração global, a verba previdenciária e a contribuições ao INSS para o exercício de 2020, no total de até R\$14.580.000,00, sendo:

- a) até R\$9.480.000,00, dos quais:
 - (i) até R\$7.900.000,00, a título de remuneração fixa e variável;
 - (ii) até R\$1.580.000,00, a título de contribuições para o INSS, que sejam ônus da Sociedade; e
- b) até R\$5.100.000,00 para custeio do plano de previdência.

A Bradespar informa que:

- 1) os montantes ora propostos condizem com a experiência dos Administradores e com o conhecimento que possuem sobre os negócios da Companhia, bem como com as especificidades das sociedades investidas; e
- 2) conforme determina a letra “p” do Artigo 10 do Estatuto Social, competirá ao Conselho de Administração deliberar pela distribuição do montante global anual da remuneração e da verba previdenciária aos seus próprios membros e aos da Diretoria.

Para outros detalhes, consulte o Anexo Informações sobre a Remuneração dos Administradores e Remuneração Mensal dos Membros Efetivos do Conselho Fiscal, nos termos do Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

Assembleia Geral Ordinária

Proposta para a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, bem como verba para custear as contribuições ao INSS

O Conselho de Administração da Sociedade está propondo ao exame e deliberação dos seus acionistas, remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal, para o exercício de 2020, no montante de R\$12.500,00, além do valor mensal individual de R\$2.500,00 correspondente às contribuições previdenciárias para o INSS que sejam ônus da Sociedade.

Por oportuno, a Bradespar esclarece que:

- 1) o valor proposto atende às disposições do Parágrafo Terceiro do Artigo 162 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, o qual estabelece que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração mensal que, em média, for atribuída a cada Diretor como remuneração fixa, não computados, nos termos da legislação vigente, benefícios, verbas de representação e participação nos lucros da Sociedade, a qualquer título; e
- 2) os membros suplentes somente serão remunerados quando em substituição aos membros efetivos, nos casos de vacância, ausência ou impedimento temporário.

Para outros detalhes, consulte o Anexo Informações sobre a Remuneração dos Administradores e Remuneração Mensal dos Membros Efetivos do Conselho Fiscal, nos termos do Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

Informações Complementares

Informações dos indicados para o Conselho de Administração
pelas acionistas controladoras

Informações dos indicados, para o Conselho de Administração, pelas acionistas controladoras, de conformidade com os Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM no 480/09, nos termos do Anexo A da Instrução CVM no 552/14

12.5. "a - l", 12.6 a 12.8

Membros indicados pelas acionistas controladoras para o Conselho de Administração:

Nome		LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI	CARLOS ALBERTO RODRIGUES GUILHERME
Data de Nascimento		6.10.1951	21.12.1943
Profissão		Bancário	
CPF		250.319.028-68	021.698.868-34
Cargo Eletivo ocupado		-	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Data de eleição		28.4.2020	
Data da posse		Prevista para até 30 dias da data de eleição	
Prazo do mandato		De 1 (um) ano, estendendo-se até a posse dos Conselheiros que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021	
Eleito pelo controlador		Sim	
Membro Independente		Não	
Número de mandatos consecutivos		9 (até 2018)	11
Nº de reuniões do CA	Desde a posse até 31.12.2019	0	9
% de participação nas reuniões do CA		Não era membro no último exercício	100%
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não há	Não há

Name		DENISE AGUIAR ALVAREZ	JOÃO AGUIAR ALVAREZ
Data de Nascimento		24.1.1958	August 11.8.1960
Profissão		Educadora	Engenheiro Agrônomo
CPF		032.376.698-65	029.533.938-11
Cargo Eletivo ocupado		Membro do Conselho de Administração	
Data de eleição		28.4.2020	
Data da posse		Prevista para até 30 dias da data de eleição	
Prazo do mandato		De 1 (um) ano, estendendo-se até a posse dos Conselheiros que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021	
Eleito pelo controlador		Sim	
Membro Independente		Não	
Número de mandatos consecutivos		20	
Nº de reuniões do CA	Desde a posse até 31.12.2019	9	
% de participação nas reuniões do CA		67%	56%
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não há	

Informações Complementares

Name	MILTON MATSUMOTO		ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER
Data de Nascimento	24.4.1945		14.8.1960
Profissão	Bancário		
CPF	081.225.550-04		282.548.640-04
Cargo Eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração		-
Data de eleição	28.4.2020		
Data da posse	Prevista para até 30 dias da data de eleição		
Prazo do mandato	De 1 (um) ano, estendendo-se até a posse dos Conselheiros que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021		
Eleito pelo controlador	Sim		
Membro Independente	Não		
Número de mandatos consecutivos	9		0
Nº de reuniões do CA	Desde a posse até 31.12.2019	9	Não era membro no último exercício
% de participação nas reuniões do CA			0%
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há		Não há

Name		JOSUÉ AUGUSTO PANCINI	MAURÍCIO MACHADO DE MINAS
Data de Nascimento		14.4.1960	1º.7.1959
Profissão		Bancário	
CPF		966.136.968-20	044.470.098-62
Cargo Eletivo ocupado		-	-
Data de eleição		28.4.2020	
Data da posse		Prevista para até 30 dias da data de eleição	
Prazo do mandato		De 1 (um) ano, estendendo-se até a posse dos Conselheiros que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021	
Eleito pelo controlador		Sim	
Membro Independente		Não	
Número de mandatos consecutivos		0	
Nº de reuniões do CA	Desde a posse até 31.12.2019	Não eram membros no últmo exercício	
% de participação nas reuniões do CA		0%	
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não há	

Name		FERNANDO JORGE BUSO GOMES
Data de Nascimento		6.6.1956
Profissão		Economista
CPF		370.624.177-34
Cargo Eletivo ocupado		Presidente do Conselho de Administração
Data de eleição		28.4.2020
Data da posse		Prevista para até 30 dias da data de eleição
Prazo do mandato		De 1 (um) ano, estendendo-se até a posse dos Conselheiros que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021
Eleito pelo controlador		Sim
Membro Independente		Não
Número de mandatos consecutivos		2
Nº de reuniões do CA	Desde a posse até 31.12.2019	9
% de participação nas reuniões do CA		100%
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Diretor-Presidente

Informações Complementares

12.5. "m" - Informações sobre:

- i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.
- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

✓ Membros indicados pelas acionistas controladoras para o Conselho de Administração:

Luiz Carlos Trabuco Cappi	
Emissor	<p>Bradespar S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Membro do Conselho de Administração. No período de 29.4.2009 a 27.4.2014, exerceu o cargo de Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo). De 28.4.2014 a 27.4.2018 exerceu o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).</p>
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	<p>BBD Participações S.A. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente.</p> <p>Nova Cidade de Deus Participações S.A. Diretor Presidente.</p> <p>Fundação Bradesco. Presidente da Mesa Regedora e Diretor Presidente.</p> <p>Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente.</p> <p>Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil. Setor de atividade: Arrendamento Mercantil. Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro não Executivo). No período de 30.4.2009 a 30.4.2018, exerceu o cargo de Diretor-Presidente.</p> <p>NCF Participações S.A. Setor de atividade: Holdings de instituições não-financeiras. Cargo: Presidente do Conselho de Administração.</p> <p>Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi 30.4.2015 a 29.4.2017 - Diretor</p> <p>Banco Bradesco BBI S.A. 28.4.2009 a 26.4.2018 - Diretor-Presidente</p> <p>Bradesco Saúde S.A. Presidente do Conselho de Administração</p> <p>BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Presidente do Conselho de Administração</p> <p>Elo Participações S.A. Presidente do Conselho de Administração</p> <p>Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. 14.4.2009 a 30.4.2018 - Diretor-Presidente</p> <p>Banco Bradesco Europa S.A. 13.4.2016 a 27.3.2017 - Presidente do Conselho de Administração</p> <p>Banco Bradesco Financiamentos S.A. 30.4.2009 a 27.4.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Bram - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários 13.4.2009 a 28.4.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Banco Bradescard S.A. 29.10.2009 a 25.4.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Banco Bradesco BERJ S.A. 14.2.2014 a 28.4.2017 - Diretor Vice-Presidente</p> <p>Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo 1º.7.2016 a 28.4.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Bradescard Elo Participações S.A.</p>

Informações Complementares

	<p>26.3.2009 a 24.4.2017 - Diretor-Presidente Banco CBSS S.A. 22.4.2009 a 29.2.2016 - Diretor-Presidente BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. 13.4.2009 a 28.4.2017 - Diretor-Presidente Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo 1º.7.2016 a 28.4.2017 - Diretor-Presidente Tempo Serviços Ltda. 30.4.2009 a 27.3.2017 - Diretor-Presidente Ágora Corretora de Seguros S.A. 20.4.2009 a 28.4.2017 - Diretor-Presidente Columbus Holdings S.A. 12.3.2009 a 27.4.2017 - Diretor-Presidente Nova Paiol Participações Ltda. 30.4.2009 a 27.3.2017 - Diretor-Presidente Bradport - S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda. 27.5.2011 a 27.3.2017 - Gerente Bradseg Participações Ltda. Presidente do Conselho de Administração Fleury S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração Odontoprev 3.5.2019 - Presidente do Conselho de Administração</p>
Empresas com controle compartilhado	<p>Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo). De março de 2014 a outubro de 2017, exerceu o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro Executivo), cumulativamente com o de Diretor-Presidente, que exerceu de março de 2009 a março de 2018.</p>
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	-.-

Informações Complementares

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	
Emissor	Bradespar S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Cargo: Vice-Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	BBD Participações S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Nova Cidade de Deus Participações S.A. Diretor Vice-Presidente. Fundação Bradesco. Vice-Presidente da Mesa Regedora e Diretor Vice-Presidente Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil. Setor de atividade: Arrendamento Mercantil. Vice-Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo). NCF Participações S.A. Setor de atividade: Holdings de instituições não-financeiras. Cargo: Vice-Presidente do Conselho de Administração. Banco Bradesco BERJ S.A. 14.2.2014 a 30.4.2018 - Diretor-Presidente Bradesco Saúde S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração Bradseg Participações S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi 19.3.2018 a 30.4.2019 - Diretor Geral
Empresas com controle compartilhado	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Vice-Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	-.-

Denise Aguiar Alvarez	
Emissor	Bradespar S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	BBD Participações S.A. Membro do Conselho de Administração Fundação Bradesco Membro da Mesa Regedora e Diretora Adjunta Cidade de Deus-Companhia Comercial de Participações Membro do Conselho de Administração e Diretora Bradseg Participações S.A. Membro do Conselho de Administração
Empresas com controle compartilhado	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheira Não Executiva).
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC Membro do Conselho de Administração Canal Futura Membro do Conselho Consultivo Fundação Roberto Marinho Membro do Conselho Curador Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) Membro do Conselho Deliberativo ADC Bradesco - Associação Desportiva Classista Diretora-Presidente Congregação de Santa Cruz do Brasil Membro do Conselho Administrativo do Colégio Santa Cruz (caráter consultivo) High Level Reflection Group for Strategic Transformation – UNESCO Membro

Informações Complementares

João Aguiar Alvarez	
Emissor	Bradespar S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	BBD Participações S.A. Membro do Conselho de Administração Fundação Bradesco Membro da Mesa Regedora e Diretor Adjunto Cidade de Deus-Companhia Comercial de Participações Membro do Conselho de Administração e Diretor Bradseg Participações S.A. Membro do Conselho de Administração
Empresas com controle compartilhado	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	.-

Milton Matsumoto	
Emissor	Bradespar S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	BBD Participações S.A. Membro do Conselho de Administração e Diretor Nova Cidade de Deus Participações S.A. Diretor. Fundação Bradesco. Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente. Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações. Membro do Conselho de Administração e Diretor. Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil. Setor de atividade: Arrendamento Mercantil. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo). NCF Participações S.A. Setor de atividade: Holdings de instituições não-financeiras. Cargo: Membro do Conselho de Administração. BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Membro do Conselho de Administração Bradseg Participações S.A. Membro do Conselho de Administração
Empresas com controle compartilhado	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	.-

Informações Complementares

Alexandre da Silva Glüher	
Emissor	-.-
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	<p>BBD Participações S.A. Membro do Conselho de Administração.</p> <p>Nova Cidade de Deus Participações S.A. Diretor.</p> <p>Fundação Bradesco. Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente.</p> <p>Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações. Membro do Conselho de Administração.</p> <p>Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil. Setor de atividade: Arrendamento Mercantil. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo). De 30.4.2014 a 29.4.2018 - Diretor Vice-Presidente.</p> <p>NCF Participações S.A. Setor de atividade: Holdings de instituições não-financeiras. Cargo: Membro do Conselho de Administração.</p> <p>Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi 30.4.2014 a 12.3.2018 - Diretor</p> <p>BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Membro do Conselho de Administração</p> <p>Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo 28.4.2017 a 12.3.2018 - Diretor Geral</p> <p>Tempo Serviços Ltda. 29.4.2017 a 12.3.2018 - Diretor Gerente</p> <p>Banco Bradescard S.A. 25.4.2017 a 12.3.2018 - Diretor Gerente</p> <p>Banco Bradesco BBI S.A. 26.3.2014 a 12.3.2018 - Diretor Vice-Presidente</p> <p>Banco Bradesco BERJ S.A. 14.2.2014 a 12.3.2018 - Diretor Vice-Presidente</p> <p>Banco Bradesco Financiamentos S.A. 27.4.2017 a 12.3.2018 - Diretor Gerente</p> <p>Banco CBSS S.A. 17.4.2014 a 29.2.2016 - Diretor</p> <p>Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo 28.4.2017 a 12.3.2018 - Diretor Gerente</p> <p>BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. 28.4.2017 a 30.10.2017 - Diretor Geral</p> <p>Bram - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários 28.4.2017 a 30.10.2017 - Diretor Geral</p> <p>Bradescard Elo Participações S.A. 24.4.2017 a 12.3.2018 - Diretor Gerente</p> <p>Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. 28.4.2014 a 12.3.2018 - Diretor Vice-Presidente</p> <p>Columbus Holdings S.A. 28.4.2014 a 12.3.2018 - Diretor</p> <p>Nova Paiol Participações Ltda. 28.4.2014 a 12.3.2018 - Diretor</p> <p>Bradseg Participações S.A. Membro do Conselho de Administração</p> <p>BBC Processadora S.A. 7.2.2012 a 31.12.2018 - Membro Efetivo do Conselho de Administração</p> <p>FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos 18.9.2014 a 22.3.2018 - Diretor Vice-Presidente</p> <p>FENABAN - Federação Nacional dos Bancos 18.9.2014 a 22.3.2018 - Diretor Vice-Presidente e Delegado Suplente junto à CONSIF</p>
Empresas com controle compartilhado	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro do Conselho de Administração. De janeiro de 2014 a março de 2018 exerceu a função de Diretor Vice-Presidente Executivo
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<p>Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP Presidente do Conselho de Administração</p> <p>Fundo Garantidor de Créditos - FGC Membro Efetivo do Conselho Consultivo e Presidente do Conselho Consultivo</p> <p>IBCB - Instituto Brasileiro de Ciência Bancária Diretor Vice-Presidente</p>

Informações Complementares

Josué Augusto Pancini	
Emissor	-.-
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	<p>BBD Participações S.A. Membro do Conselho de Administração.</p> <p>Nova Cidade de Deus Participações S.A. Diretor.</p> <p>Fundação Bradesco. Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente.</p> <p>Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações. Setor de atividade: Holding. Cargo: Membro do Conselho de Administração.</p> <p>Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil. Setor de atividade: Arrendamento Mercantil. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo). De 30.4.2014 a 28.1.2019 exerceu o cargo de Diretor Vice-Presidente.</p> <p>NCF Participações S.A. Setor de atividade: Holdings de instituições não-financeiras. Cargo: Membro do Conselho de Administração. De 28.6.2016 a 28.1.2019 exerceu o cargo de Diretor Vice-Presidente.</p> <p>Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi 30.4.2014 a 28.1.2019 – Diretor</p> <p>Columbus Holdings S.A. 7.6.2018 a 28.1.2019 – Diretor</p> <p>Nova Paiol Participações Ltda. 25.4.2017 a 28.1.2019 – Diretor Geral</p> <p>Bradseg Participações S.A. Membro do Conselho de Administração</p> <p>Banco Bradescard S.A. 25.4.2018 a 28.1.2019 - Diretor Geral</p> <p>Banco Bradesco BBI S.A. 26.3.2014 a 28.1.2019 - Diretor Vice-Presidente</p> <p>Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada 18.9.2018 a 30.4.2019 - Membro Conselho de Gerente</p> <p>Banco Bradesco BERJ S.A. 30.4.2018 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Banco Bradesco Financiamentos S.A. 27.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo 28.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. 28.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Bradescard Elo Participações S.A. 24.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. 30.4.2018 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Banco CBSS S.A. 17.4.2014 a 29.2.2016 - Diretor</p> <p>BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Membro do Conselho de Administração</p> <p>Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo 28.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Tempo Serviços Ltda. 30.4.2018 a 28.1.2019 - Diretor Geral</p>
Empresas com controle compartilhado	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro do Conselho de Administração (conselheiro não executivo). De janeiro de 2014 a janeiro de 2019 exerceu a função de Diretor Vice-Presidente Executivo.
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	-.-

Informações Complementares

Maurício Machado de Minas	
Emissor	-.-
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	<p>BBD Participações S.A. Membro do Conselho de Administração.</p> <p>Nova Cidade de Deus Participações S.A. Diretor.</p> <p>Fundação Bradesco. Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente.</p> <p>Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações. Setor de atividade: Holding. Cargo: Membro do Conselho de Administração.</p> <p>Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil. Setor de atividade: Arrendamento Mercantil. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).</p> <p>NCF Participações S.A. Setor de atividade: Holdings de instituições não-financeiras. Cargo: Membro do Conselho de Administração. De 28.6.2016 a 28.1.2019 exerceu o cargo de Diretor Vice-Presidente.</p> <p>Banco Bradescard S.A. 25.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Banco Bradesco BBI S.A. 26.3.2014 a 28.1.2019 - Diretor Vice-Presidente</p> <p>Banco Bradesco BERJ S.A. 30.4.2018 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Banco Bradesco Financiamentos S.A. 27.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo 28.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Banco CBSS S.A. 17.4.2014 a 29.2.2016 - Diretor</p> <p>Bradesco Seguros S.A. 25.3.2015 a 30.3.2016 - Diretor Gerente</p> <p>BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. 28.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Bradescard Elo Participações S.A. 24.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. 30.4.2018 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Membro do Conselho de Administração</p> <p>Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo 28.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Scopus Soluções em TI S.A. 30.4.2018 a 28.1.2019 - Diretor Geral</p> <p>Tempo Serviços Ltda. 29.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Columbus Holdings S.A. 30.4.2018 a 28.1.2019 - Diretor Geral</p> <p>Nova Paiol Participações Ltda. 28.4.2014 a 28.1.2019 - Diretor</p> <p>Bradseg Participações S.A. Membro do Conselho de Administração</p> <p>CPM Holdings Limited Membro do Conselho de Administração</p> <p>BBC Processadora S.A. 19.7.2018 a 31.12.2018 - Vice-Presidente do Conselho de Administração</p> <p>NCR Brasil - Indústria de Equipamentos para Automação S.A. 4.10.2011 a 28.11.2019 - Membro do Conselho de Administração</p>
Empresas com controle compartilhado	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro do Conselho de Administração (conselheiro não executivo). De janeiro de 2014 a janeiro de 2019 exerceu a função de Diretor Vice-Presidente Executivo.
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos Membro do Conselho da CIAB

Informações Complementares

Fernando Jorge Buso Gomes	
Emissor	Bradespar S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Cargo: Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	Banco Bradesco BBI. Diretor de Dezembro/2006 a Abril/2015
Empresas com controle compartilhado	-.-
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Vale S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração 2bCapital S.A. Millennium Security Holdings Corp Scopus Soluções em TI Ltda. Diretor

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nenhum dos membros indicados para os Conselhos está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. acima.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

A senhora Denise Aguiar Alvarez é irmã do senhor João Aguiar Alvarez, ambos, Membros do Conselho de Administração.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Não há.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Não há.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

A senhora Denise Aguiar Alvarez e o senhor João Aguiar Alvarez, Membros do Conselho de Administração do emissor, são filhos da senhora Lina Maria Aguiar, Membro do Conselho de Administração da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações e Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: Não há.

b) controlador direto ou indireto do emissor:

Informações Complementares

LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI						
Empresa		BBD Participações S.A.	Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações	Fundação Bradesco	NCF Participações S.A.	Nova Cidade de Deus Participações S.A.
CNPJ		07.838.611/0001-52	61.529.343/0001-32	60.701.521/0001-06	04.233.319/0001-18	04.866.462/0001-47
2017	Cargo	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente da Mesa Regedora e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente	Diretor Vice-Presidente
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2018	Cargo	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente da Mesa Regedora e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente*	Diretor Vice-Presidente
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2019	Cargo	Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente	Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente	Presidente da Mesa Regedora e Diretor-Presidente	Presidente do Conselho de Administração	Diretor-Presidente
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto

CARLOS ALBERTO RODRIGUES GUILHERME						
Empresa		BBD Participações S.A.	Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações	Fundação Bradesco	NCF Participações S.A.	Nova Cidade de Deus Participações S.A.
CNPJ		07.838.611/0001-52	61.529.343/0001-32	60.701.521/0001-06	04.233.319/0001-18	04.866.462/0001-47
2017	Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente	Membro do Conselho de Administração	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2018	Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente	Membro do Conselho de Administração	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2019	Cargo	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente da Mesa Regedora e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Diretor Vice-Presidente
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto

Informações Complementares

DENISE AGUIAR ALVAREZ, JOÃO AGUIAR ALVAREZ				
Empresa		BBD Participações S.A.	Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações	Fundação Bradesco
CNPJ		07.838.611/0001-52	61.529.343/0001-32	60.701.521/0001-06
2017	Cargo	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração e Diretor (a)	Membro da Mesa Regeadora e Diretor (a) Adjunto (a)
	Obs.	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto
2018	Cargo	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração e Diretor (a)	Membro da Mesa Regeadora e Diretor (a) Adjunto (a)
	Obs.	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto
2019	Cargo	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração e Diretor (a)	Membro da Mesa Regeadora e Diretor (a) Adjunto (a)
	Obs.	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto

MILTON MATSUMOTO						
Empresa		BBD Participações S.A.	Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações	Fundação Bradesco	NCF Participações S.A.	Nova Cidade de Deus Participações S.A.
CNPJ		07.838.611/0001-52	61.529.343/0001-32	60.701.521/0001-06	04.233.319/0001-18	04.866.462/0001-47
2017	Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro do Conselho de Administração	Membro da Mesa Regeadora e Diretor Gerente	Membro do Conselho de Administração	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2018	Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro do Conselho de Administração	Membro da Mesa Regeadora e Diretor Gerente	Membro do Conselho de Administração	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2019	Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro da Mesa Regeadora e Diretor Gerente	Membro do Conselho de Administração	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto

Informações Complementares

ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER, JOSUÉ AUGUSTO PANCINI, MAURÍCIO MACHADO DE MINAS						
Empresa		BBD Participações S.A.	Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações	Fundação Bradesco	NCF Participações S.A.	Nova Cidade de Deus Participações S.A.
CNPJ		07.838.611/0001-52	61.529.343/0001-32	60.701.521/0001-06	04.233.319/0001-18	04.866.462/0001-47
2017	Cargo	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente	Diretor Vice-Presidente	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2018	Cargo	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente	Membro do Conselho de Administração	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2019	Cargo	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente	Membro do Conselho de Administração	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não há.

Informações Complementares

Informações dos indicados por acionista preferencialista não integrante do bloco de controle para compor o Conselho de Administração

Wilfredo João Vicente Gomes

12.5 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de nascimento	Idade	Profissão
Wilfredo João Vicente Gomes	4.7.1969	49	Administrador de Empresa
CPF ou Passaporte (PAS)	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse
591.561.989-49	-	28.4.2020, a depender do resultado da Assembleia	Se eleito, prevista para até 30 dias da data de eleição
Prazo do mandato	Outros Cargos e Funções Exercidos na Companhia	Indicação se foi Eleito pelo Controlador	
Se eleito, até abril de 2021	Não se Aplica	Não	
Indicação se é Membro Independente		Número de Mandatos Consecutivos	
Sim		Não se aplica	
Experiência Profissional			
Wilfredo João Vicente Gomes cursou Administração pelo Universidade Federal de Santa Catarina entre 1986/1990, e graduou-se em Finanças e Controladoria pela FEAN-SC. Em 1996, estudou na IES- International School, ligada à New York University. Em 2012, fez Especialização em Governança Corporativa pela Fundação Dom Cabral e, na sequência, Especialização em Formação de Conselheiros (2013). Toda essa formação alavancou a sua atuação e, iniciativas e projetos nas áreas de Comunicação e Planejamento Estratégico. Desde 2003, no comando da holding Multicorp, que une as empresas OneWG Multicomunicação, maior agência de publicidade de Santa Catarina (CEO de 1986 a 2003); Multilíderes – LIDE SC (grupo de líderes das maiores empresas do Estado); membro do LIDE Brasil; e Multicompany, que participa de empreendimentos imobiliários e fundos de participação. Atuou, também, como Conselheiro Independente da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) de 2014 a 2015, da AES Eletropaulo de São Paulo de 2016 a 2017, indicado pelos acionistas minoritários liderados pelo fundo geração LPAR, atualmente é membro do Conselho Fiscal na BRADESPAR e membro suplente do CA da Eternit S/A. Com mais de 30 anos de atuação na gestão, administração e execução de projetos em publicidade e propaganda, obteve destaque ao dirigir diversas empresas do setor, com diversas parcerias. Entre elas, a Eugênio WG/DDB de 2000 a 2002, na qual foi sócio de Nizan Guanaes, da holding ABC, detentora do controle do Grupo DDB no Brasil.			
Declaração de Eventuais Condenações			
Wilfredo João Vicente Gomes , não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.			

Informações Complementares

12.6 Percentual de Participação em Reuniões do Conselho no último exercício, realizadas pelo respectivo órgão que ocorreram após a posse:

Não se aplica

12.7 Informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas sejam estatutários:

Não se aplica, dado que, atualmente, o candidato não participa de nenhum Comitê da Companhia.

12.8 Informações sobre atuação como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

Não se aplica, dado que, atualmente, o candidato não participa de nenhum Comitê da Companhia.

12.9 Informação sobre existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o terceiro grau entre:

a. administradores da Companhia.

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e os administradores da companhia.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

C. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

12.10 Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia

Informações Complementares

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

b. controlador direto ou indireto da Companhia

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

Informações Complementares

José Luiz Osório de Almeida Filho

12.5 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de nascimento	Idade	Profissão		
José Luiz Osório de Almeida Filho	8.10.1951	68	Engenheiro		
CPF ou Passaporte (PAS)	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse		
051.367.447-07	-	28.4.2020, a depender do resultado da Assembleia	Se eleito, prevista para até 30 dias da data de eleição		
Prazo do mandato	Outros Cargos e Funções Exercidos na Companhia	Indicação se foi Eleito pelo Controlador			
Se eleito, até abril de 2021	Não se Aplica	Não			
Indicação se é Membro Independente		Número de Mandatos Consecutivos			
Sim		Não se aplica			
Experiência Profissional					
<p>Tem longa e qualificada experiência no mercado financeiro. De 1978 a 1985, trabalhou no Banco de Boston, em Boston (três anos e meio), e no Rio de Janeiro. Nesse período, foi responsável pela área corporate e de relacionamento com empresas multinacionais. De 1986 a 1993, trabalhou na área de negócios corporativos do Banco de Investimentos Garantia, em São Paulo e em Nova York, onde em 1992 ajudou a abrir a primeira corretora de valores brasileira a atuar no mercado americano. De agosto de 1993 a julho de 1997, foi sócio-diretor do Banco Icatu e fundou a Icatu Securities, braço do banco para a distribuição de títulos brasileiros nos Estados Unidos. E de agosto de 1997 a janeiro de 1999 atuou na Lehman Brothers do Brasil como diretor-executivo e como presidente, condição que o fez coordenar, entre outros trabalhos, o de assessoria ao governo de São Paulo na privatização da Comgás. De 2000 a 2002, foi presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sendo responsável pela área de privatização do governo federal. Como diretor do BNDES e diretor-superintendente da BNDESPAR coordenou as privatizações de Furnas, Chesf, Eletronorte e IRB. Também cuidou da venda de bloco de ações da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobras. Ainda na área de privatizações, coordenou o trabalho sobre o fortalecimento do mercado brasileiro de capitais.</p>					
Declaração de Eventuais Condenações					
<p>José Luiz Osório de Almeida Filho, não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.</p>					

12.6 Percentual de Participação em Reuniões do Conselho no último exercício, realizadas pelo respectivo órgão que ocorreram após a posse:

Informações Complementares

Não se aplica

12.7 Informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas sejam estatutários:

Não se aplica, dado que, atualmente, o candidato não participa de nenhum Comitê da Companhia.

12.8 Informações sobre atuação como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

Não se aplica, dado que, atualmente, o candidato não participa de nenhum Comitê da Companhia.

12.9 Informação sobre existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o terceiro grau entre:

a. administradores da Companhia.

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e os administradores da companhia.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

C. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

12.10 Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Informações Complementares

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

b. controlador direto ou indireto da Companhia

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

Informações Complementares

Informações do indicado por acionista ordinarista não integrante do bloco de controle para compor o Conselho de Administração

André Leal Faoro

12.5 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de nascimento	Idade	Profissão
André Leal Faoro	28.9.1961	58	Advogado
CPF ou Passaporte (PAS)	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse
706.343.437-34	Membro do Conselho de Administração	28.4.2020, a depender do resultado da Assembleia	Se eleito, prevista para até 30 dias da data de eleição
Prazo do mandato	Outros Cargos e Funções Exercidos na Companhia	Indicação se foi Eleito pelo Controlador	
Se reeleito, até abril de 2021	Não se Aplica	Não	
Indicação se é Membro Independente		Número de Mandatos Consecutivos	
Sim		Não se aplica	
Experiência Profissional			
Advogado, sócio do escritório Faoro Advogados (desde 2005). Formado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1984), com LLM em Direito Societário na Universidade de Chicago (1987). Foi Advogado Geral da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP (1997 – 1999). Procurador do Município do Rio de Janeiro (desde 1991). Conselheiro do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização – CRSNSP (desde 2013). Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro (desde 1984) e da New York Bar Association (desde 1990).			
Declaração de Eventuais Condenações			
André Leal Faoro, não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.			

12.6 Percentual de Participação em Reuniões do Conselho no último exercício, realizadas pelo respectivo órgão que ocorreram após a posse:

Não se aplica

12.7 Informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas sejam estatutários:

Informações Complementares

Não se aplica, dado que, atualmente, o candidato não participa de nenhum Comitê da Companhia.

12.8 Informações sobre atuação como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

Não se aplica, dado que, atualmente, o candidato não participa de nenhum Comitê da Companhia.

12.9 Informação sobre existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o terceiro grau entre:

a. administradores da Companhia.

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e os administradores da companhia.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

C. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

12.10 Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

b. controlador direto ou indireto da Companhia

Informações Complementares

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

Informações Complementares

Informações dos indicados para o Conselho Fiscal pelas acionistas controladoras, de conformidade com os Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM no 480/09, nos termos do Anexo A da Instrução CVM no 552/14

12.5. "a - l", 12.6 a 12.8

✓ Membros indicados pelas acionistas controladoras para o Conselho Fiscal:

Nome		ARIOVALDO PEREIRA		CLAYTON NEVES XAVIER	
Data de nascimento		16.7.1952		3.12.1972	
Profissão		Contador		Economista	
CPF		437.244.508-34		103.750.518-21	
Cargo eletivo ocupado		Membro Efetivo do Conselho Fiscal		Membro Suplente do Conselho Fiscal	
Data de eleição		29.4.2020			
Data da posse		Prevista para até 30 dias da data de eleição			
Prazo do mandato		De 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021			
Eleito pelo controlador		Sim			
Membro independente		Sim, trata-se de Conselheiro Fiscal independente, eleito pelos Acionistas, cuja função, nos termos da legislação vigente, é fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.			
Número de mandatos consecutivos		10		7	
Nº de reuniões do CF	Desde a posse até 31.12.2019	5			
% de participação nas reuniões do CF		100%		0%	
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não há			

Nome		JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA	LUIZ EDUARDO NOBRE BORGES
Data de nascimento		28.6.1952	15.2.1975
Profissão		Consultor Empresarial	Contador
CPF		171.602.609-10	185.221.388-42
Cargo eletivo ocupado		Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição		April 29, 2020	
Data da posse		Prevista para até 30 dias da data de eleição	
Prazo do mandato		De 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021	
Eleito pelo controlador		Sim	
Membro independente		Sim, trata-se de Conselheiro Fiscal independente, eleito pelos Acionistas, cuja função, nos termos da legislação vigente, é fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.	
Número de mandatos consecutivos		1	0
Nº de reuniões do CF	Desde a posse até 31.12.2019	5	Não era membro no último exercício
% de participação nas reuniões do CF		80%	0%
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não há	Não há

Informações Complementares

Nome	JOÃO BATISTA DE MORAES	YARA PIAULINO
Data de nascimento	13.9.1957	21.9.1970
Profissão	Advogado	Advogada
CPF	863.025.078-04	091.420.598-60
Cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição	April 29, 2020	
Data da posse	Prevista para até 30 dias da data de eleição	
Prazo do mandato	De 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021	
Eleito pelo controlador	Sim	
Membro independente	Sim, trata-se de Conselheiro Fiscal independente, eleito pelos Acionistas, cuja função, nos termos da legislação vigente, é fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.	
Número de mandatos consecutivos	15	0
Nº de reuniões do CF	Desde a posse até 31.12.2019	Não era membro no último exercício
% de participação nas reuniões do CF	100%	0%
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há	Não há

12.5. "m" - Informações sobre:

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

✓ Membros indicados pelas acionistas controladoras para o Conselho Fiscal:

Ariovaldo Pereira	
Emissor	BRADESPAR S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Cargo: Membro Efetivo do Conselho Fiscal.
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	-.-
Empresas com controle compartilhado	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro Efetivo do Conselho Fiscal. De setembro de 2009 a janeiro de 2016, exerceu o cargo de Superintendente Executivo.
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Elo Participações S.A. Elo Serviços S.A. Membro Efetivo do Conselho Fiscal

João Carlos de Oliveira	
Emissor	BRADESPAR S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Cargo: Membro Efetivo do Conselho Fiscal.
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	-.-
Empresas com controle compartilhado	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro Efetivo do Conselho Fiscal, de março de 2013 a março de 2019.
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	-.-

Informações Complementares

João Batista de Moraes	
Emissor	BRADESPAR S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Cargo: Membro Efetivo do Conselho Fiscal.
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	-.-
Empresas com controle compartilhado	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Superintendente Executivo, de fevereiro de 1999 a Outubro de 2013.
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	-.-

Clayton Neves Xavier	
Emissor	BRADESPAR S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Cargo: Membro Suplente do Conselho Fiscal.
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	-.-
Empresas com controle compartilhado	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Superintendente Executivo.
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	-.-

Luiz Eduardo Nobre Borges	
Emissor	BRADESPAR S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Cargo: Membro Suplente do Conselho Fiscal.
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	-.-
Empresas com controle compartilhado	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Superintendente Executivo.
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	-.-

Yara Piauilino	
Emissor	BRADESPAR S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Cargo: Membro Suplente do Conselho Fiscal.
Empresas integrantes do grupo econômico do emissor	-.-
Empresas com controle compartilhado	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Superintendente Executivo.
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor	-.-

Informações Complementares

Informações dos indicados por acionista preferencialista não integrante do bloco de controle para compor o Conselho Fiscal:

Carlos Eduardo Teixeira Taveiros

12.5 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de nascimento	Idade	Profissão		
Carlos Eduardo Teixeira Taveiros	23.5.1960	59	Assistente de Gestão		
CPF ou Passaporte (PAS)	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse		
063.410.028-90	-	28.4.2020, a depender do resultado da Assembleia	Se eleito, prevista para até 30 dias da data de eleição		
Prazo do mandato	Outros Cargos e Funções Exercidos na Companhia	Indicação se foi Eleito pelo Controlador			
Se eleito, até abril de 2021	Não há	Não			
Indicação se é Membro Independente		Número de Mandatos Consecutivos			
Sim		Não se aplica			
Experiência Profissional					
Carlos Eduardo Teixeira Taveiros é gerente de gestão, colaborador da Genial Gestão de Recursos Ltda., especialista em gestão de recursos em carteiras administrativas de investimentos e clubes de investimento. Como atribuição de seus cargos, tinha como atribuições a participação em comitês de investimentos, acompanhamento contábil, preparação e controle dos cadastros de cotistas, atendimento direto de participantes das carteiras e a realização das operações de bolsa dos papéis que compõe o portfólio administrado. Não possui qualquer condenação criminal u em processo administrativo pela CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. É Conselheiro Fiscal da AES Tietê Energia S.A. desde 2016.					
Declaração de Eventuais Condenações					
Carlos Eduardo Teixeira Taveiros , não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.					

12.6 Percentual de Participação em Reuniões do Conselho no último exercício, realizadas pelo respectivo órgão que ocorreram após a posse:

Não se aplica

Informações Complementares

12.7 Informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas sejam estatutários:

Não se aplica, dado que, atualmente, o candidato não participa de nenhum Comitê da Companhia.

12.8 Informações sobre atuação como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

Não se aplica, dado que, atualmente, o candidato não participa de nenhum Comitê da Companhia.

12.9 Informação sobre existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o terceiro grau entre:

a. administradores da Companhia.

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e os administradores da companhia.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

C. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

12.10 Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

b. controlador direto ou indireto da Companhia

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

Informações Complementares

Nilvo Reinoldo Fries

12.5 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de nascimento	Idade	Profissão		
Nilvo Reinoldo Fries	22.9.1957	62	Administrador		
CPF ou Passaporte (PAS)	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse		
266.552.500-30	-	28.4.2020, a depender do resultado da Assembleia	Se eleito, prevista para até 30 dias da data de eleição		
Prazo do mandato	Outros Cargos e Funções Exercidos na Companhia	Indicação se foi Eleito pelo Controlador			
Se eleito, até abril de 2021	Não há	Não			
Indicação se é Membro Independente		Número de Mandatos Consecutivos			
Sim		Não se aplica			
Experiência Profissional					
<p>Nilvo Reinoldo Fries possui experiência de 40 (quarenta) anos no mercado financeiro e de capitais, com atuação em diferentes regiões do Brasil, principalmente nas Regiões Sul, Norte e Centro-Oeste. Possui forte habilidade em Gestão de Pessoas, com orientação para resultados com práticas estruturadas de liderança. No mercado financeiro, atuação no varejo bancário atuação como pessoa física e pequenas empresas. No segmento Corporate, como Diretor do Banco da Amazônia, experiência na estruturação e condução de projetos de investimentos e fomento, sendo parte desses projetos sindicalizados com outros agentes financeiros. Amplo conhecedor do Agronegócio em toda a cadeia produtiva. Expertise em negociação e renegociação de passivos bancários. Estratégia, tomada de decisão, nos diferentes contextos – econômico e financeiro. Formado em Administração de Empresas (UPF-RS), possui pós-graduação em Gestão para Altos Executivos do Banco Brasil (UFRGS), MBA em Administração e Estratégia Empresarial (ULBRA), pós-graduação e, Gestão Empresarial em Agronegócios (UFRGS), MB em Gestão Avançada de Negócios (UFMT e INEPAD) e formação como Conselheiro de Administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.</p>					
Declaração de Eventuais Condenações					
<p>Nilvo Reinoldo Fries, não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.</p>					

12.6 Percentual de Participação em Reuniões do Conselho no último exercício, realizadas pelo respectivo órgão que ocorreram após a posse:

Não se aplica

12.7 Informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas sejam estatutários:

Não se aplica, dado que, atualmente, o candidato não participa de nenhum Comitê da Companhia.

12.8 Informações sobre atuação como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

Não se aplica, dado que, atualmente, o candidato não participa de nenhum Comitê da Companhia.

12.9 Informação sobre existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o terceiro grau entre:

a. administradores da Companhia.

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e os administradores da companhia.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

C. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

12.10 Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Informações Complementares

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

b. controlador direto ou indireto da Companhia

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

Informações Complementares

Informações dos indicados por acionista ordinarista não integrante do bloco de controle para compor o Conselho Fiscal:

Ricardo Reisen de Pinho

12.5 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de nascimento	Idade	Profissão
Ricardo Reisen de Pinho	3.1.1961	59	Engenheiro
CPF ou Passaporte (PAS)	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse
855.027.907-20	-	28.4.2020, a depender do resultado da Assembleia	Se eleito, prevista para até 30 dias da data de eleição
Prazo do mandato	Outros Cargos e Funções Exercidos na Companhia	Indicação se foi Eleito pelo Controlador	
Se eleito, até abril de 2021	Não há	Não	
Indicação se é Membro Independente		Número de Mandatos Consecutivos	
Sim		Não se aplica	
Experiência Profissional			
<p>Ricardo Reisen de Pinho é graduado em Engenharia Mecânica (PUC-RJ/1984), com Mestrado em Engenharia de Produção/Finanças (PUC-RJ/1989) e Doutorado em Administração de Empresas/Estratégia (FGV-SP/2008). Também cursou o Program Management Development (Harvard/1999), o Advanced Management Program (Wharton/2001), o Making Corporate Boards More Effective (Harvard/2016), e é Conselheiro Certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2010). Desde 2006 atua como Conselheiro de Administração independente em diversas companhias, tais como Light S/A (2016-presente), Brado Logística (2012-presente), Oi S/A (2016-2019), EMGEA (2018-2019), BRInsurance (2016-2018), Tupy S.A (2009-2015), Saraiva (2009-2012 e 2013-2015), Itacaré Capital (2009-2015), Metalfrio (2007-2011), Banco Nossa Caixa (2008-2009), e AACD (2006-2014). Em alguns desses conselhos, atuou nos comitês de finanças, riscos e compliance, gestão corporativa/estratégia, pessoas e nomeação, e governança. Atuou também com como Conselheiro Fiscal na Bradespar (2017-2019), na Embratel (2008-2010), Lojas Americanas (2019 - presente), e como Conselheiro Consultivo na Editora do Brasil (2016-presente) e LAB SSJ (2009-2013). Atuou como executivo nas áreas de corporate e investment banking em organizações tais como Itaú, Garantia e ABNAmro Brasil entre 1985 e 2001, e como senior researcher para a Harvard Business School entre 2002 e 2014.</p>			
Declaração de Eventuais Condenações			
<p>Ricardo Reisen de Pinho, não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.</p>			

12.6 Percentual de Participação em Reuniões do Conselho no último exercício, realizadas pelo respectivo órgão que ocorreram após a posse:

Não se aplica

12.7 Informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas sejam estatutários:

Não se aplica, dado que, atualmente, o candidato não participa de nenhum Comitê da Companhia.

12.8 Informações sobre atuação como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

Não se aplica, dado que, atualmente, o candidato não participa de nenhum Comitê da Companhia.

12.9 Informação sobre existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o terceiro grau entre:

a. administradores da Companhia.

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e os administradores da companhia.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

12.10 Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia

Informações Complementares

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

b. controlador direto ou indireto da Companhia

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

Informações Complementares

Rafael Manhães Martins

12.5 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de nascimento	Idade	Profissão
Rafael Manhães Martins	8.2.1983	37	Advogado
CPF ou Passaporte (PAS)	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse
096.952.607-56	-	28.4.2020, a depender do resultado da Assembleia	Se eleito, prevista para até 30 dias da data de eleição
Prazo do mandato	Outros Cargos e Funções Exercidos na Companhia	Indicação se foi Eleito pelo Controlador	
Se eleito, até abril de 2021	Não há	Não	
Indicação se é Membro Independente		Número de Mandatos Consecutivos	
Sim		Não se aplica	
Experiência Profissional			
Raphael Manhães Martins é advogado, sócio do escritório Faoro & Fucci Advogados desde 2010. Formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É membro titular do Conselho de Administração da Eternit S.A. (desde 2015); e dos Conselhos Fiscais da Vale S.A. (desde 2015), da Oi S/A (desde 2019) e de empresas controladas por JHSF Participações S.A. (desde 2019). Dentre outros cargos, foi membro do Conselho de Administração da Light S.A. (2018 a 2019) e dos Conselhos Fiscais da Light S.A (2014 a 2018), da Fibria Celulose S.A. (de 2016 a 2017) e da Embratel Participações S.A (2014). Além disto, foi professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2010 e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro ente os anos de 2007 e 2009.			
Declaração de Eventuais Condenações			
Rafael Manhães Martins , não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.			

12.6 Percentual de Participação em Reuniões do Conselho no último exercício, realizadas pelo respectivo órgão que ocorreram após a posse:

Não se aplica

12.7 Informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas sejam estatutários:

Informações Complementares

Não se aplica, dado que, atualmente, o candidato não participa de nenhum Comitê da Companhia.

12.8 Informações sobre atuação como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

Não se aplica, dado que, atualmente, o candidato não participa de nenhum Comitê da Companhia.

12.9 Informação sobre existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o terceiro grau entre:

a. administradores da Companhia.

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e os administradores da companhia.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

C. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há relação de parentesco entre o candidato ao Conselho de Administração e quaisquer das pessoas acima mencionadas.

12.10 Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

b. controlador direto ou indireto da Companhia

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

Informações Complementares

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável, dado que não existem relação de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o candidato ao Conselho de Administração, a Companhia e seus controladores.

Informações sobre a Remuneração dos Administradores e Remuneração Mensal dos Membros Efetivos do Conselho Fiscal, nos termos do Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) *Objetivos da política ou prática de remuneração*

As práticas de remuneração para os Administradores da BRADESPAR, que compreende o Conselho de Administração, a Diretoria e o Conselho Fiscal têm por objetivo reconhecer os serviços prestados por estes profissionais, estimulando-os na busca de soluções, visando à satisfação dos acionistas.

b) *Composição da remuneração, indicando:*

I. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração e Diretoria

A remuneração dos Administradores está consubstanciada em Remuneração Fixa, representada por Remunerações Mensais fixadas para o período de vigência do seu mandato, e Remuneração Variável atribuída de acordo com o critério de múltiplas Remunerações Mensais, até o limite autorizado pela Assembleia de Acionistas. A decisão pelo pagamento da remuneração variável, bem como o(s) Administrador(es) a ser(em) contemplado(s), cabe exclusivamente ao Conselho de Administração.

O Administrador será remunerado pelo cargo principal que ocupa na BRADESPAR, ou seja, como exemplo, um Administrador da BRADESPAR será remunerado pelo cargo que ocupa na referida instituição e não o será por outros cargos que eventualmente ocupe em suas Controladas e vice-versa, exceto quando autorizado pelo Conselho de Administração. Paralelamente, pode haver Administradores indicados pelos Controladores da BRADESPAR que só serão remunerados pelas funções exercidas nos Controladores ou empresas sob controle comum, não o sendo pela BRADESPAR.

Conselho Fiscal

A Remuneração dos Membros Efetivos do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração mensal que, em média, for atribuída a cada Diretor como remuneração fixa, não computados, nos termos da legislação vigente, benefícios, verbas de representação e participação nos lucros da Sociedade, a qualquer título.

Os membros suplentes somente serão remunerados quando em substituição aos Membros Efetivos, nos casos de vacância, ausência ou impedimento temporário.

II. em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A seguir, destacamos que a proporção de cada elemento na remuneração total dos Administradores não é fixa, podendo variar anualmente.

Informações Complementares

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Remuneração Fixa Anual (1)	Remuneração Variável (2)	Benefício Pós-Emprego (3)	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria	23,17%	41,94%	34,89%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Remuneração Fixa Anual (1)	Remuneração Variável (2)	Benefício Pós-Emprego (3)	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria	24,77%	31,97%	43,26%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Remuneração Fixa Anual (1)	Remuneração Variável (2)	Benefício Pós-Emprego (3)	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria	25,36%	27,68%	46,96%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%

- (1) a(o) proporção/percentual destacada(o) na coluna Remuneração Fixa Anual engloba o valor do INSS reconhecido no resultado da Sociedade;
- (2) a(o) proporção/percentual destacada(o) na coluna Remuneração Variável engloba o valor do INSS reconhecido no resultado da Sociedade; e
- (3) os valores correspondentes a benefícios pós-emprego referem-se ao Plano de Previdência dos Administradores.

III. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração e Diretoria

Cabe ao Conselho de Administração, depois de aprovado o montante global da remuneração dos Administradores pela Assembleia de Acionistas, definir o valor da remuneração de cada Administrador, observadas as seguintes regras:

- o montante global aprovado será distribuído em parcelas fixas mensais e iguais no decorrer da vigência do mandato do Administrador; e
- a exclusivo critério do Conselho de Administração, parte do montante global poderá ser distribuído como Remuneração Variável a Administrador por ele definido.

Definição do pagamento da Remuneração Variável

Ao Administrador definido pelo Conselho de Administração, a Remuneração Variável corresponderá a múltiplos iguais da Remuneração Mensal a que cada

Informações Complementares

Administrador a ser contemplado estiver recebendo na data da deliberação pelo pagamento da Remuneração Variável.

O total da Remuneração Variável será pago em data que deverá ser definida pelo Conselho de Administração, pelo valor líquido das deduções, aos mesmos títulos e percentuais daquelas que incidem sobre a Remuneração Mensal, mediante crédito em conta corrente do Administrador. Concomitantemente, 50% do valor líquido da Remuneração Variável paga será destinado à aquisição de ações PN de emissão da BRADESPAR, as quais ficarão gravadas e indisponíveis ("Ações Restritas").

As Ações Restritas tornar-se-ão disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no ano subsequente, contado a partir do primeiro dia útil seguinte ao da data do início de sua indisponibilidade ("Período de Diferimento").

IV. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração da BRADESPAR tem como principais razões:

- propiciar o alinhamento entre as práticas de remuneração dos Administradores e os interesses da Sociedade, de maneira que as decisões tomadas sejam as melhores possíveis, buscando criar valor para os seus acionistas e investidores; e
- garantir que a prática de remuneração esteja relacionada com objetivos que busquem a valorização da Sociedade, não incentivando comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas.

V. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Existem membros não remunerados, que renunciam receber valor de remuneração a qualquer título, pois são remunerados pelas funções exercidas nos controladores ou empresas sob controle comum.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para o estabelecimento da remuneração, o Conselho de Administração baseia-se, principalmente: (i) nas responsabilidades dos Administradores, considerando os cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços no mercado.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica, em função da resposta ao item 13.1.c.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Vide resposta ao item 13.1.b.IV.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A BRADESPAR não pratica esse tipo de remuneração.

Informações Complementares

g) *Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor*

A BRADESPAR não pratica esse tipo de remuneração.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social Corrente (2020) – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10	2	5	17
Nº de membros remunerados	2	2	5	9
Remuneração Fixa Anual	288.000,00	3.360.000,00	900.000,00	4.548.000,00
Salário ou pró-labore	240.000,00	2.800.000,00	750.000,00	3.790.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outras	48.000,00	560.000,00	150.000,00	758.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valor estimado do INSS da Sociedade			-
Remuneração Variável	-	5.832.000,00	-	5.832.000,00
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outras	-	5.832.000,00	-	5.832.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Do total da remuneração variável, R\$ 972.000,00 referem-se ao valor estimado da contribuição previdenciária ao INSS. Dos R\$ 4.860.000,00 restantes do total da remuneração variável, 50% do valor líquido será destinado à aquisição de ações PN de emissão da Sociedade, e tornar-se-ão disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no ano subsequente da data do efetivo pagamento.	-	-
Benefícios pós-emprego	-	5.100.000,00	-	5.100.000,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observações	-	Os valores correspondentes a benefícios pós-emprego referem-se ao Plano de Previdência dos Administradores mencionado no item 13.10	-	-
Total da remuneração	288.000,00	14.292.000,00	900.000,00	15.480.000,00

Informações Complementares

Remuneração total do Exercício Social de 2019 – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	1,75	4,67	13,42
Nº de membros remunerados	1	1,75	4,67	7,42
Remuneração Fixa Anual	144.000,00	2.840.400,00	795.720,00	3.780.120,00
Salário ou pró-labore	120.000,00	2.367.000,00	663.100,00	3.150.100,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	
Participações em comitês	-	-	-	
Outras	24.000,00	473.400,00	132.620,00	630.020,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valor do INSS reconhecido no resultado da Sociedade			-
Remuneração Variável	-	5.140.800,00	-	5.140.800,00
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outras	-	5.140.800,00	-	5.140.800,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Do total da remuneração variável, R\$ 856.800,00 referem-se ao valor da contribuição previdenciária ao INSS reconhecido no resultado da Sociedade. Dos R\$ 4.284.000,00 restantes do total da remuneração variável, 50% do valor líquido foi destinado à aquisição de ações PN de emissão da Sociedade, as quais ficaram gravadas e indisponíveis ("Ações Restritas"), tornando-se disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no ano subsequente da data do efetivo pagamento.	-	-
Benefícios pós-emprego	-	4.275.954,00	-	4.275.954,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observações	-	Os valores correspondentes a benefícios pós-emprego referem-se ao Plano de Previdência dos Administradores mencionado no item 13.10.	-	-
Total da remuneração	144.000,00	12.257.154,00	795.720,00	13.196.874,00

Informações Complementares

Remuneração total do Exercício Social de 2018 – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	2	5	14
Nº de membros remunerados	1	1	3,67	5,67
Remuneração Fixa Anual	144.000,00	1.404.000,00	514.800,00	2.062.800,00
Salário ou pró-labore	120.000,00	1.170.000,00	429.000,00	1.719.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outras	24.000,00	234.000,00	85.800,00	343.800,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valor do INSS reconhecido no resultado da Sociedade			-
Remuneração Variável	-	1.812.000,00	-	1.812.000,00
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outras	-	1.812.000,00	-	1.812.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Do total da remuneração variável, R\$ 302.000,00 referem-se ao valor da contribuição previdenciária ao INSS reconhecido no resultado da Sociedade. Dos R\$ 1.510.000,00 restantes do total da remuneração variável, 50% do valor líquido foi destinado à aquisição de ações PN de emissão da Sociedade, as quais ficaram gravadas e indisponíveis ("Ações Restritas"), tornando-se disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no ano subsequente da data do efetivo pagamento.	-	-
Benefícios pós-emprego	-	2.451.969,18	-	2.451.969,18
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observações	-	Os valores correspondentes a benefícios pós-emprego referem-se ao Plano de Previdência dos Administradores mencionado no item 13.10.	-	-
Total da remuneração	144.000,00	5.667.969,18	514.800,00	6.326.769,18

Informações Complementares

Remuneração total do Exercício Social de 2017 – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	2	5	16
Nº de membros remunerados	1	1	2,92	4,92
Remuneração Fixa Anual	144.000,00	1.404.000,00	409.500,00	1.957.500,00
Salário ou pró-labore	120.000,00	1.170.000,00	341.250,00	1.631.250,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outras	24.000,00	234.000,00	68.250,00	326.250,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valor do INSS reconhecido no resultado da Sociedade			-
Remuneração Variável	-	1.532.648,06	-	1.532.648,06
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outras	-	1.532.648,06	-	1.532.648,06
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Do total da remuneração variável, R\$ 255.441,34 referem-se ao valor da contribuição previdenciária ao INSS reconhecido no resultado da Sociedade. Dos R\$ 1.277.206,72 restantes do total da remuneração variável, 50% do valor líquido foi destinado à aquisição de ações PN de emissão da Sociedade, as quais ficaram gravadas e indisponíveis ("Ações Restritas"), tornando-se disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no ano subsequente da data do efetivo pagamento.	-	-
Benefícios pós-emprego	-	2.600.000,00	-	2.600.000,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observações	-	Os valores correspondentes a benefícios pós-emprego referem-se ao Plano de Previdência dos Administradores mencionado no item 13.10.	-	-
Total da remuneração	144.000,00	5.536.648,06	409.500,00	6.090.148,06

Informações Complementares

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

- a) **Órgão** (vide tabela em "d.ii" abaixo)
b) **Número total de membros** (vide tabela em "d.ii" abaixo)
c) **Número de membros remunerados** (vide tabela em "d.ii" abaixo)
d) **Em relação ao bônus:**

I. valor mínimo previsto no plano de remuneração

A BRADESPAR não estabelece valor mínimo no plano de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

II. valor máximo previsto no plano de remuneração

Valor máximo previsto no plano de remuneração para o exercício corrente:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2020)				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10	2	5	17
Nº de membros remunerados	-	1	-	1
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	5.832.000,00	-	5.832.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	-	-	-	-

III. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

A BRADESPAR não estabelece valor de remuneração associado automaticamente ao atingimento de metas para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

IV. valor efetivamente reconhecido nos resultados

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2019				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	1,75	4,67	13,42
Nº de membros remunerados	-	1	-	1
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	5.140.800,00	-	5.140.800,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Informações Complementares

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2018				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	2	5	14
Nº de membros remunerados	-	1	-	1
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.812.000,00	-	1.812.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2017				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	2	5	16
Nº de membros remunerados	-	1	-	1
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.532.648,06	-	1.532.648,06
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

e) Em relação à participação no resultado:

I. valor mínimo previsto no plano de remuneração

A BRADESPAR não estabelece valor a título de participação no resultado no plano de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

II. valor máximo previsto no plano de remuneração

A BRADESPAR não estabelece valor a título de participação no resultado no plano de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

III. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

A BRADESPAR não estabelece valor a título de participação no resultado no plano de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

Informações Complementares

IV. *valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais*

A BRADESPAR não estabelece valor a título de participação no resultado no plano de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A BRADESPAR não possui plano de remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

Em consonância com a Norma sobre Remuneração dos Administradores da BRADESPAR, quando do pagamento de Remuneração Variável, 50% do valor líquido pago ao Administrador será destinado à aquisição de ações preferenciais de emissão da Sociedade, as quais ficarão gravadas e indisponíveis ("Ações Restritas"). As Ações Restritas tornar-se-ão disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela um ano após a data da aquisição das ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A BRADESPAR não possui plano de remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

A BRADESPAR não possui plano de remuneração baseado em opções de ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A BRADESPAR não possui plano de remuneração baseada em opções de ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

A BRADESPAR não possui plano de remuneração baseado em opções de ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

Informações Complementares

O pagamento da Remuneração Variável dos Administradores é contabilizado em Despesas de Pessoal com recolhimento de encargos sociais (INSS) e reconhecido no próprio exercício. Do total líquido (após descontos legais) creditado em conta corrente do Administrador, é debitado 50% para aquisição de Ações PN de emissão da Sociedade, que ficam gravadas em seu nome e indisponíveis para negociação, e liberadas 1/3 a cada ano nos exercícios seguintes.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Órgão	Bradespar		Cidade de Deus Cia Comercial de Participações		BBD Participações		Banco Bradesco	
	ON	PN	ON	PN	ON	PN	ON	PN
Conselho de Administração	269.440	1.078.441	347.369.894	-	34.901.173	1.197.063	14.297.428	32.997.875
Diretoria	-	-	-	-	-	-	15.319	139.677
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	542.137	123	7.323

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	1,75
Nº de membros remunerados	-	1,75
Nome do plano	Plano de Previdência da Organização Bradesco	
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	-
Condições para se aposentar antecipadamente	Caso o participante tenha idade superior a 55 anos ao se desligar da Organização, estiver aposentado pelo INSS e tiver permanecido no Plano por 10 ou mais anos, poderá optar pelo recebimento de Renda Mensal Imediata, proporcional, resultante do montante acumulado na conta individual do participante (contribuições da empresa e do participante)	
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores.	-	7.918.618,13
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	-	4.275.954,00
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Há possibilidade de resgate antecipado após dois exercícios subsequentes às contribuições efetuadas, observadas as normas que regem a matéria.	

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Informações Complementares

Órgão	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	7,00	7,00	9,00	1,75	2,00	2,00	4,67	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	1,00	1,00	1,00	1,75	1,00	1,00	4,67	3,67	2,92
Valor da maior remuneração (Reais)	144.000,00	144.000,00	48.000,00	11.177.154,00	5.667.969,18	5.536.648,06	140.775,00	140.400,00	140.400,00
Valor da menor remuneração (Reais)	144.000,00	144.000,00	96.000,00	11.177.154,00	5.667.969,18	5.536.648,06	140.775,00	140.400,00	140.400,00
Valor médio da remuneração (Reais)	144.000,00	144.000,00	144.000,00	7.004.088,00	5.667.969,18	5.536.648,06	170.389,72	140.272,48	140.239,73

Observação

Conselho de Administração	
31/12/2019	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS.
31/12/2018	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS.
31/12/2017	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS. 1 (um) membro exerceu suas funções por 4 (quatro) meses 1 (um) membro exerceu suas funções por 8 (oito) meses

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS. 1 (um) membro exerceu suas atividades por 9 (nove) meses.
31/12/2018	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS.
31/12/2017	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS. 01 (um) membro exerceu suas funções por 04 (quatro) meses. 02 (dois) membros exerceram suas funções por 08 (oito) meses.
31/12/2018	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS. 01 (um) membro exerceu suas funções por 08 (oito) meses.
31/12/2017	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS. 01 (um) membro exerceu suas funções por 07 (sete) meses. 01 (um) membro exerceu suas funções por 04 (quatro) meses.

Informações Complementares

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A BRADESPAR não pratica esse tipo de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2019	2018	2017
	%	%	%
Conselho de Administração	0,00	0,00	0,00
Diretoria Estatutária	100,00	100,00	100,00
Conselho Fiscal	0,00	0,00	0,00

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

A BRADESPAR não pratica esse tipo de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2017 a 2019

Item	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

2017 a 2019

Item	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

13.16 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes.

Informações Complementares

Modelo de procuração

Por este instrumento de procuração, [NOME DO ACIONISTA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], RG nº/[ÓRGÃO EMISSOR], CPF nº, com endereço na [ENDEREÇO COMPLETO], nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. [NOME DO PROCURADOR], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], RG nº/[ÓRGÃO EMISSOR], CPF nº, com endereço na [ENDEREÇO COMPLETO], com poderes específicos para representá-lo, na qualidade de acionista da Bradespar S.A. (BRADESPAR), na Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, a ser realizada no dia 28 de abril de 2020, às 10h, na sede social, Avenida Paulista, 1.450, 9º andar, Cerqueira César, São Paulo, SP, exercendo o direito de voto que lhe cabe como titular de ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da BRADESPAR, com poderes para apresentar propostas, examinar, discutir e votar sobre as matérias que serão submetidas à deliberação da referida Assembleia, inclusive, mas não limitado, ao direcionamento do voto nos candidatos indicados para compor os Conselhos de Administração e/ou Fiscal da Companhia, observadas as disposições dos Artigos 141, 161 e 162 da Lei nº 6.404/76. Referido procurador poderá ainda assinar atas, livros, papéis, termos e mais o que preciso for, para o bom e fiel cumprimento do presente mandato e exercerá os poderes que lhe forem outorgados, observando os limites impostos pela legislação vigente e pela pauta dos assuntos elencados em edital, em conformidade com a orientação abaixo:

[Cidade, Estado,] de de 2020

[nome do acionista]
(Assinatura com firma reconhecida)

Comentários dos Diretores sobre a Companhia

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A BRADESPAR é uma companhia de investimentos, tendo sido constituída em 30 de março de 2000, por meio da cisão parcial do Bradesco, para atender a dois objetivos: (i) receber parcelas do patrimônio do Bradesco, cindidas em conformidade com a regulamentação do Banco Central, correspondentes a participações societárias não financeiras em sociedades atuantes nos setores de mineração, siderurgia, energia, TV por assinatura e tecnologia de informação; e (ii) permitir a administração mais ativa de investimentos não financeiros.

Em 2019, a economia brasileira apresentou os primeiros sinais de recuperação, com o início das reformas estruturais, notadamente a da Previdência. Não obstante, a taxa de desemprego ainda é elevada e o crescimento do PIB ainda está abaixo das expectativas gerais. A inflação seguiu confortável ao longo do ano, permitindo significativos cortes na taxa básica de juros (SELIC).

A BRADESPAR seguiu participando com dedicação e atenção de sua investida, a VALE, neste que foi o ano mais difícil da história da empresa.

Assim, a VALE apresentou resultados negativos, em que pese ter mantido basicamente equilibrada sua situação econômico-financeira.

Como consequência, no exercício de 2019, a BRADESPAR registrou prejuízo de R\$ 403,2 milhões, em linha com os resultados da VALE.

Não obstante, buscando simetria com a sua investida, a BRADESPAR declarou em dezembro a formação de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 269,3 milhões, a serem pagos em conformidade com os seus fluxos de geração de caixa e distribuição do resultado da sua investida. Importante destacar que a dívida líquida da Companhia chegou a praticamente zero no exercício de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, sua carteira de investimentos era composta pela investida VALE. Sua receita operacional é proveniente na maior parte: (i) do resultado da equivalência patrimonial na VALE, que inclui juros sobre o capital próprio e/ou dividendos recebidos; e (ii) dos ganhos realizados na alienação de investimentos. A receita operacional da BRADESPAR em 31 de dezembro de 2019 foi negativa, totalizando R\$ 358,8 milhões, composta por equivalência patrimonial da VALE.

Variações no resultado da VALE poderão impactar, proporcionalmente, os resultados operacionais da BRADESPAR.

Sobre a investida VALE

Empresa privada brasileira, a VALE está presente em cerca de 30 países, sendo uma das maiores mineradoras do mundo na produção de minério de ferro, pelotas de minério de ferro e níquel. A empresa também produz minério de manganês, ferroligas, carvão térmico e metalúrgico, cobre, subprodutos de metais do grupo da platina, ouro, prata e cobalto. Opera, ainda, grandes sistemas de logística no Brasil e outras

regiões do mundo, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos, integrados às suas operações.

Em 2019, a VALE registrou prejuízo de US\$ 1,7 bilhão devido, essencialmente, a (i) provisões e despesas relativas a ruptura da barragem de Brumadinho, incluindo a descaracterização de barragens e acordos de reparação, (ii) registro de *impairment* e contratos onerosos sem efeito caixa, relacionados, principalmente, aos segmentos de metais básicos e carvão, e (iii) provisão relacionadas à Fundação Renova e descaracterização da barragem de Germano (MG).

No ano que se encerrou, a VALE registrou EBITDA de US\$ 18,0 bilhões, ficando US\$ 1,4 bilhão superior ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, a maiores preços e variações cambiais favoráveis, que foram parcialmente compensados por menores volumes de produção e maiores custos e despesas de parada, especialmente relacionadas a Brumadinho.

Os investimentos permaneceram em linha com 2018, totalizando US\$ 3,7 bilhões, sendo US\$ 544,0 milhões, em execução de projetos, e US\$ 3,2 bilhões em manutenção de operações.

Cumprir destacar que desde o rompimento da barragem I da Mina Córrego do Feijão, situada na cidade de Brumadinho, MG, ocorrida em 25 de janeiro de 2019, a VALE tem enfrentado seu mais difícil desafio, empenhando seus melhores esforços para minimizar o impacto causado, promovendo reparação nas frentes sociais e de obras emergenciais, a recuperação ambiental e o compromisso com a descaracterização das suas barragens a montante, medidas de prevenção e garantias para que isso nunca mais se repita.

Trimestralmente, a Companhia divulga um relatório com o Balanço da Reparação, prestando contas à Sociedade, além das diversas iniciativas realizadas nos âmbitos social, de obras e de segurança. Conheça mais nesse sentido em www.vale.com.

Cenário Econômico e Resultados da BRADESPAR

Em 2019, o real teve uma desvalorização de 4,0% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 4,0307 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018 comparado com R\$ 3,8748 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, partindo de 6,50% em dezembro de 2018 para 4,50% em dezembro de 2019.

Em 2018, o real teve uma desvalorização de 17,1% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 3,8748 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018 comparado com R\$ 3,3080 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2017. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, partindo de 7,00% em dezembro de 2017 para 6,50% em dezembro de 2018.

Em 2017, o real teve uma desvalorização de 1,5% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 3,3080 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2017 comparado

com R\$ 3,2591 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2016. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, partindo de 13,75% em dezembro de 2016 para 7,00% em dezembro de 2017.

Indicamos abaixo dados referentes aos resultados da BRADESPAR (Consolidado), nos anos de 2019, 2018 e 2017:

R\$ Milhões	2019	2018	2017
Receita Operacional Bruta	(359)	2.794	2.732
Resultado do Exercício	(403)	1.190	2.328
Patrimônio Líquido	9.561	9.960	8.806
Rentabilidade Anualizada Sobre o Patrimônio líquido médio ⁽¹⁾	-6,2%	18,3%	43,8%
Valor Contábil dos investimentos	9.344	9.845	9.391

(1) Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

A seguir, relacionamos o valor contábil e de mercado do investimento detido pela BRADESPAR, em 2019, 2018 e 2017:

VALE

R\$ milhões	Dez19	Dez18	Dez17
Valor Contábil	9.343,8	9.844,7	9.391,0
Valor de Mercado ⁽²⁾	15.665,3	14.989,3	13.405,2

(2) O valor de mercado da VALE considera a cotação de fechamento na B3 das ações ordinárias e preferenciais da VALE (VALE3 e VALE5), multiplicada pelo número de ações da VALE detidas indiretamente pela Companhia. Em 2019, do dia 30 de Dezembro; e em 2018 e 2017, do dia 28 de dezembro.

b) Estrutura de capital

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Estrutura de Capital	Quantidade de Ações		
	Dez19	Dez18	Dez17
ON	122.171.449	122.171.449	122.523.049
PN	225.862.596	225.862.596	227.024.896
Total Integralizado	348.034.045	348.034.045	349.547.945
Ações em Tesouraria (ON)	-	-	(351.600)
Ações em Tesouraria (PN)	-	-	(1.162.300)
Total em Circulação	348.034.045	348.034.045	348.034.045

Em reunião do Conselho de Administração de 14 de agosto de 2019, deliberou-se renovar o programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do Capital Social e autorizou-se que a Diretoria da Companhia adquira até 10.870.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo até 970.000 ordinárias e até 9.900.000 preferenciais, pelo prazo de 365 dias.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2018, foi aprovada o cancelamento da totalidade das ações de emissão da BRADESPAR mantidas em tesouraria, adquiridas por meio de programa de recompra de ações, consistente de 1.513.900 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 351.600 ordinárias e 1.162.300 preferencias, sem redução no capital social.

Em reunião do Conselho de Administração de 13 de agosto de 2018, deliberou-se implementar o programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do Capital Social e autorizou-se que a Diretoria da Companhia adquira até 10.870.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo até 970.000 ordinárias e até 9.900.000 preferenciais, pelo prazo de 365 dias.

Até 31 de dezembro de 2019, não foram adquiridas em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social total da BRADESPAR era de R\$ 4,1 bilhões, composto por 348.034.045 ações, sendo 122.171.449 ações ordinárias e 225.862.596 ações preferenciais. Já em 31 de dezembro de 2017 o capital social total da BRADESPAR era de R\$ 4,1 bilhões, composto por 349.547.945 ações, sendo 122.523.049 ações ordinárias e 227.024.896 ações preferenciais.

Nos últimos 3 exercícios sociais, os ativos da BRADESPAR foram fundamentalmente financiados por meio de capital próprio conforme o quadro a seguir:

	R\$ milhões					
	Dez19	% em relação ao passivo total	Dez18	% em relação ao passivo total	Dez17	% em relação ao passivo total
Patrimônio Líquido dos acionistas Controladores	9.561	94,6%	9.960	93,7%	8.806	77,8%
Capital de Terceiros ⁽¹⁾	545	5,4%	674	6,3%	2.517	22,2%
Passivo Total	10.106	100,0%	10.634	100,0%	11.323	100,0%

(1) Passivo Total excluindo-se o Patrimônio Líquido.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os administradores da Companhia, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como seus respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa. Não obstante o entendimento da Administração da Companhia, caso sejam necessários recursos para complementação de tal montante, estes serão obtidos por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos, a serem avaliados e contratados pela Companhia, alienação de ativos, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava em cumprimento com todas as obrigações financeiras estabelecidas nos instrumentos de dívida mencionados na alínea “f” abaixo e acredita que continuará a honrar tais compromissos sem que tal fato implique em qualquer impacto negativo relevante em seus negócios ou performance financeira.

Para melhor entendimento da capacidade de pagamento da Emissora em relação aos seus compromissos financeiros assumidos, informamos a seguir o seu índice de liquidez geral.

Indicador de Liquidez

Indicador	2019	2018	2017
Liquidez Geral	1,4	1,2	0,8

Em 2019 o índice de Liquidez Geral, manteve-se, praticamente estável, demonstrando que a BRADESPAR tem honrado a suas obrigações de curto e longo. Já em 2018, o índice de Liquidez Geral apresentou um aumento, devido a amortização de debêntures. Nos anos de 2017 e 2016 manteve-se estável. O índice é obtido através do somatório do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, dividido pelo somatório dos Passivos Circulantes e Não Circulantes.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos da Companhia são:

- os dividendos e/ou juros sobre capital próprio distribuídos pelas investidas da Companhia;
- os recursos provenientes das vendas de participações societárias;
- as emissões de títulos de dívida no mercado de capitais brasileiro e internacional; e
- os aumentos de capital.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes da Companhia foram originadas, principalmente:

- em 2019: Não recebemos recursos;
- em 2018, por: (i) recebimento de R\$ 684,6 milhões referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALE; e (ii) recebimento de R\$ 1,24 bilhão referentes a venda de 39.058.000 ações da VALE;
- em 2017, por: (i) recebimento de R\$ 206,4 milhões referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALEPAR/VALE; e (ii) recebimento de R\$ 1,41 bilhão referentes a venda das 53.464.240 ações da CPFL; e

Recursos Provenientes das Atividades de Financiamento

Os recursos provenientes de atividades de financiamento da Companhia foram originados:

- durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve captações de recursos provenientes de atividades de financiamento.
- durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, pela captação de recursos por meio da emissão de Debêntures da Sétima Emissão Pública no valor total de R\$ 700,0 milhões, os quais foram utilizados para a quitação das obrigações relativas às Debêntures da Sexta Emissão Pública; e pela captação de recursos por meio da emissão de Notas Promissórias da Terceira Emissão Pública no valor total de R\$ 2,4 bilhões, os quais foram utilizados para cumprir com as obrigações existentes na Companhia; e
- durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não houve captações de recursos provenientes de atividades de financiamento.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes citadas no item 10.1 “d” que foram utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são adequadas, e continuarão a ser utilizadas em eventual deficiência de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A tabela a seguir apresenta informações financeiras selecionadas com relação ao endividamento, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Instrumento	Saldo (R\$ milhões)			Custo	Pagamento	Vencimento	Obrigações Principais (R\$ milhões)
	2019	2018	2017				
Debêntures da Sexta Emissão ⁽¹⁾	-	-	1.711,8	105,5% da variação do CDI	No vencimento	Julho de 2018	Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$ 3.000.000
Debêntures da Sétima Emissão ⁽²⁾	223,0	209,9	-	103,95% da variação do CDI	No vencimento	Junho de 2021	Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$ 3.000.000
Notas Promissórias da Terceira Emissão ⁽³⁾	-	-	-	103,5% da variação do CDI	No vencimento	Agosto de 2019	Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$ 3.000.000
Dívida Bruta	223,0	209,9	1.711,8	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa ⁽⁴⁾	201,2	459,8	1.671,7	-	-	-	-
Dívida Líquida	21,8	(249,9)	40,1	-	-	-	-

(1) Emitidas em 6 de julho de 2015 e liquidadas em 6 de julho de 2018.

(2) Em 28 de junho de 2018 foram emitidas R\$ 700,0 milhões e em 27 de dezembro de 2018 foram amortizados R\$512,7 milhões;

(3) Emitidas em 13 de agosto de 2018 e liquidadas em 19 de dezembro de 2018; e

(4) Do saldo apresentado em 2017, R\$ 1.233 milhões refere-se a aplicações em fundos, mediante recurso recebido da venda de ações da CPFL.

Em 2019 não houve emissão de dívida.

Em 13 de agosto de 2018, a BRADESPAR efetuou sua Terceira Emissão Pública de Notas Promissórias em série única, sendo 24 Notas no valor unitário de R\$ 100 milhões totalizando R\$ 2,4 bilhões com vencimento em 13 de agosto de 2019.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,5% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e serão pagos junto com o principal.

Em 19 de dezembro de 2018, a BRADESPAR efetuou o resgate total das Notas Promissórias da Terceira Emissão no montante de R\$ 2,458 bilhões.

Em 28 de junho de 2018, a BRADESPAR efetuou sua Sétima Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 70.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 700 milhões com vencimento em 28 de junho de 2021.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,95% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 6 de julho de 2018, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros das Debêntures da Sexta Emissão no montante de R\$ 665,8 milhões.

Em 27 de dezembro de 2018, a BRADESPAR efetuou a amortização antecipada extraordinária parcial das Debêntures da Sétima Emissão no montante de R\$ 512,7 milhões.

Em 2017 e 2016 não houve emissão de dívida.

Em 6 de julho de 2015, a BRADESPAR efetuou sua Sexta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 126.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 1,260 bilhão com vencimento em 1.096 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 105,5% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 6 de julho de 2015, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros das Debêntures da Quinta Emissão no montante de R\$ 1,240 bilhão.

Em 2014 não houve emissão de dívida.

Em 4 de julho de 2013, a BRADESPAR efetuou sua Quinta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 100.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 1 bilhão com vencimento em 732 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 105,3% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada

diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 4 de julho de 2013, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Segunda Série das Debêntures da Terceira Emissão no montante de R\$ 610,8 milhões e da Quarta Emissão de Debêntures no montante de R\$ 376,2 milhões.

Em 4 de julho de 2012, a BRADESPAR efetuou sua Quarta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 35.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 350 milhões com vencimento em 365 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,5% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 4 de julho de 2012, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Primeira Série das Debêntures da Terceira Emissão no montante de R\$ 322,1 milhões.

Em 4 de julho de 2011, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de Debêntures em duas séries, sendo a primeira de 29.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 290 milhões com vencimento em 366 dias a contar da data de emissão e a segunda de 51.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 510 milhões com vencimento de 731 dias a contar da data de emissão.

Os juros da primeira série foram correspondentes à variação acumulada de 103,8% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. e de 105,5% para a segunda série, calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures contam com a seguinte garantia: alienação fiduciária de 15.581.955 (quinze milhões, quinhentas e oitenta e uma mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR subscritas e integralizadas pela Companhia.

Em 4 de julho de 2011, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Segunda Série das Debêntures no montante de R\$ 807,5 milhões.

Em 9 de julho de 2010, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Primeira Série das Debêntures no montante de R\$ 152,9 milhões.

Em 13 de julho de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de Debêntures em duas séries, sendo a primeira de 140.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 140 milhões com vencimento em 361 dias a contar da data de emissão e a segunda de 660.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 660 milhões com vencimento de 721 dias a contar da data de emissão.

Os juros da primeira série foram correspondentes à variação acumulada de 105% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias,

divulgada diariamente pela CETIP S.A. e de 108% para a segunda série, calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures contam com a seguinte garantia: alienação fiduciária de 100% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR subscritas e integralizadas pela Companhia.

Em 14 de janeiro de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 690 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1 milhão totalizando R\$ 690 milhões com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 110% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 53,1% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 53,1% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento do principal e juros ocorreu no dia 13 de julho de 2009, no montante de R\$ 729,5 milhões.

Em 14 de janeiro de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 610.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 610 milhões com vencimento em 36 meses a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 125% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e foram pagos junto com o principal.

As Debêntures contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 46,9% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 46,9% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento antecipado de 99% do principal e juros ocorreu no dia 22 de maio de 2009, no montante de R\$ 633,4 milhões, e pagamento do saldo remanescente da totalidade das Debêntures ocorreu no dia 19 de junho de 2009, no montante de R\$ 6,4 milhões.

Em 18 de julho de 2008, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 1.400 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1 milhão, totalizando R\$ 1,4 bilhão com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 106,0% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 100% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento do principal e juros ocorreu nos dias 02 de janeiro de 2009 e 14 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 1.495,539 milhões.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não há contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação contratual entre as dívidas.

Adicionalmente, considerando a totalidade das obrigações registradas no passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial da Companhia e o respectivo grau de subordinação entre elas, informamos que: (i) as obrigações de natureza fiscais e legais correspondiam em 2019 a 8,5%, 2018 a 7,4% e em 2017 a 2,2%; (ii) as obrigações de natureza quirografária (debêntures e notas promissórias) correspondiam em 2019 a 40,9%, 2018 a 31,1% e em 2017 a 68,0%; (iii) os outros créditos, representados, essencialmente, pelos dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio a pagar, correspondiam em 2019 a 50,6%, 2018 a 61,5% e em 2017 a 29,8%.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

De acordo com o disposto no Acordo de Acionistas da VALE, firmado em 14 de agosto de 2017, as 216.213.175 Ações da VALE estão sujeitas à restrição de negociação até novembro de 2020.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Com relação às alterações significativas nos itens do balanço patrimonial Consolidado, apresentamos abaixo um comparativo entre os principais eventos significativos nos seguintes períodos:

Balço Patrimonial - Consolidado										
R\$ mil	Dez19	Dez18	Dez17	Análise Vertical %			Análise Horizontal			
				Dez19	Dez18	Dez17	Dez19 x Dez18		Dez18 x Dez17	
							R\$	%	R\$	%
Ativo										
Ativo Circulante	554.523	564.861	1.790.505	5,5	5,3	15,8	(10.338)	(1,8)	(1.225.644)	(68,5)
Caixa e Equivalentes de Caixa	201.185	459.811	1.671.661	2,0	4,3	14,8	(258.626)	(56,2)	(1.211.850)	(72,5)
Outros Valores a Receber	353.338	105.050	118.844	3,5	1,0	1,0	248.288	236,4	(13.794)	(11,6)
Ativo Não Circulante	9.551.579	10.069.475	9.532.010	94,5	94,7	84,2	(517.896)	(5,1)	537.465	5,6
Ativo Realizável a Longo Prazo	206.740	224.769	141.015	2,0	2,1	1,2	(18.029)	(8,0)	83.754	59,4
Tributos a Compensar ou a Recuperar	198.935	217.265	133.832	2,0	2,0	1,2	(18.330)	(8,4)	83.433	62,3
Depósitos Judiciais	7.805	7.504	7.183	0,1	0,1	0,1	301	4,0	321	4,5
Investimentos	9.343.767	9.844.701	9.390.988	92,5	92,6	82,9	(500.934)	(5,1)	453.713	4,8
Imobilizado	105	5	7	0,0	-	-	100	2.000,0	(2)	(28,6)
Intangível	967	-	-	0,0	-	-	967	-	-	-
Total	10.106.102	10.634.336	11.322.515	100,0	100,0	100,0	(528.234)	(5,0)	(688.179)	(6,1)
Passivo										
Passivo Circulante	314.389	457.966	2.476.434	3,1	4,3	21,9	(143.577)	(31,4)	(2.018.468)	(81,5)
Impostos e Contribuições a Recolher	38.589	43.157	13.821	0,4	0,4	0,1	(4.568)	(10,6)	29.336	212,3
Dividendos e JCP a Pagar	246.886	387.966	723.404	2,4	3,6	6,4	(141.080)	(36,4)	(335.438)	(46,4)
Debêntures	-	-	1.711.854	-	-	15,1	-	-	(1.711.854)	(100,0)
Outras Obrigações	28.914	26.843	27.355	0,3	0,3	0,2	2.071	7,7	(512)	(1,9)
Passivo Não Circulante	230.858	216.526	40.073	2,3	2,0	0,4	14.332	6,6	176.453	440,3
Debêntures	223.017	209.861	-	2,2	2,0	-	13.156	-	209.861	-
Provisões e Obrigações	7.841	6.665	40.073	0,1	0,1	0,4	1.176	17,6	(33.408)	(83,4)
Patrimônio Líquido Consolidado	9.560.855	9.959.844	8.806.008	94,6	93,7	77,8	(398.989)	(4,0)	1.153.836	13,1
Capital Social Realizado	4.100.000	4.100.000	4.100.000	40,6	38,6	36,2	-	-	-	-
Reserva de Lucros	2.106.573	2.779.080	2.006.029	20,8	26,1	17,7	(672.507)	(24,2)	773.051	38,5
Reserva Legal	227.610	227.610	168.086	2,3	2,1	1,5	-	-	59.524	35,4
Reserva Estatutária	1.878.963	2.551.470	1.858.253	18,6	24,0	16,4	(672.507)	(26,4)	693.217	37,3
Ações em Tesouraria	-	-	(20.310)	-	-	(0,2)	-	-	20.310	(100,0)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.354.282	3.080.764	2.699.979	33,2	29,0	23,8	273.518	8,9	380.785	14,1
Total	10.106.102	10.634.336	11.322.515	100,0	100,0	100,0	(528.234)	(5,0)	(688.179)	(6,1)

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalente de caixa é composto de aplicações de fundos de investimentos e disponibilidade de recursos em moeda nacional. Destacamos que, em 2017, houve o aumento de R\$ 1.233 milhões referente às aplicações em fundos de renda fixa, mediante ao recurso recebido na venda de ações da CPFL.

Outros Valores a Receber

Em 2019, os valores a receber no montante de R\$ 353.338 mil, referem-se a Juros Sobre o Capital Próprio da VALE.

Em 2018, os valores a receber no montante de R\$ 105.050 mil, referem-se a alienação de ações da VALE.

Em 2017, os valores a receber no montante de R\$ 118.844 mil, referem-se a Juros Sobre o Capital Próprio da VALE.

Títulos Disponíveis para Venda

Em 2019 e 2018, não possui montante nesta categoria. Já em 2017, as Ações da CPFL foram negociadas na B3 no pregão de 30 de novembro e adquiridas pela State Grid Brazil.

Investimentos

A oscilação na conta de investimentos está relacionada, na maior parte, à equivalência patrimonial e ao ajuste de avaliação patrimonial (ajuste reflexo) oriundos da VALEPAR/VALE.

As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da BRADESPAR são demonstradas a seguir:

Empresas	Quantidade de Ações Detidas (em mil) - ON	Participação no Capital Social %	Total do Investimentos - R\$ milhões		
			31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
VALE ⁽¹⁾ ⁽²⁾	293.907	5,56	9.344	9.845	9.391
MILLENium ⁽³⁾	-	100,00	1	1	1
Total	-	-	9.345	9.846	9.392

(1) Investimento com influência significativa, garantida por Acordo de Acionistas;

(2) As informações referentes a 31 de dezembro de 2019, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR; e

(3) Investimento oriundo na incorporação da Antares pela Millenium em abril de 2017.

Debêntures a Pagar

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo atualizado correspondia a R\$ 223,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo atualizado correspondia a R\$ 209,9 milhões.

Em 27 de dezembro de 2018, a BRADESPAR efetuou a amortização antecipada extraordinária parcial das Debentures da Sétima Emissão no montante de R\$ 512,7 milhões.

Em 28 de junho de 2018, a BRADESPAR efetuou a sétima emissão pública de 70.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil, totalizando R\$ 700,0 milhões, com vencimento em 28 de junho de 2021. As debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 103,95% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, *pro rata temporis*. Os recursos, obtidos por meio da emissão das debêntures, foram destinados para a quitação integral relativas às debêntures da 6ª (sexta) emissão, cujo vencimento ocorreu em 6 de julho de 2018.

Em 2017, a BRADESPAR não efetuou emissão pública de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo correspondia a R\$ 1.711,9 milhões.

Demonstração do Resultado

Em R\$ mil				Análise Vertical %			Análise Horizontal			
	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019 x 2018		2018 x 2017	
							R\$	%	R\$	%
Resultado na Venda de Ações do Ativo Financeiro Disponível para Venda	-	-	1.407.280	-	-	51,5	-	-	(1.407.280)	(100,0)
Resultado na Alienação de Investimentos	-	1.239.532	-	-	44,4	-	(1.239.532)	-	1.239.532	-
Equivalência Patrimonial	(358.760)	1.520.308	1.324.741	100,0	54,4	48,5	(1.879.068)	-	195.567	14,8
Outras Receitas Operacionais	-	34.405	-	-	1,2	-	(34.405)	-	34.405	-
Receita Operacional	(358.760)	2.794.245	2.732.021	100,0	100,0	100,0	(3.153.005)	-	62.224	2,3
Despesas Gerais e Administrativas	(3.793)	(20.003)	(13.059)	1,1	(0,7)	(0,5)	16.210	(81,0)	(6.944)	53,2
Despesas de Pessoal	(13.356)	(6.327)	(6.102)	3,7	(0,2)	(0,2)	(7.029)	111,1	(225)	3,7
Receitas / Despesas Financeiras	12.539	(35.565)	(99.167)	(3,5)	(1,3)	(3,6)	48.104	-	63.602	(64,1)
Despesas Tributárias	(39.671)	(119.450)	(103.069)	11,1	(4,3)	(3,8)	79.779	(66,8)	(16.381)	15,9
Outras Despesas Operacionais	(38)	(1.414.210)	-	0,0	(50,6)	0,0	1.414.172	(100,0)	(1.414.210)	-
Resultado antes do IR/CS	(403.079)	1.198.690	2.510.624	112,4	42,9	91,9	(1.601.769)	-	(1.311.934)	(52,3)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(128)	(8.194)	(182.249)	0,0	(0,3)	(6,7)	8.066	(98,4)	174.055	(95,5)
Resultado do Exercício	(403.207)	1.190.496	2.328.375	112,4	42,6	85,2	(1.593.703)	-	(1.137.879)	(48,9)

Receita Operacional

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio da VALE.

Em 2019, registrou receita operacional negativa de R\$ 358,8 milhões, composta por equivalência patrimonial negativa da VALE, devido, principalmente, a ruptura da barragem de Brumadinho, bem como aos registros de *impairment* relacionados aos segmentos de metais e carvão.

Em 2018, a Companhia registrou receita operacional de R\$ 2,8 bilhões. Ressalta-se que esse resultado foi impactado pela alienação de 39.058.000 ações da VALE, bem como, em 2017, pela venda de 53.464.240 ações da CPFL Energia. Ainda assim, descontando esses efeitos extraordinários, a receita operacional apresentou crescimento de 14,8% em relação ao ano anterior, reflexo do resultado apresentado pela VALE.

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

As despesas de pessoal, gerais e administrativas são compostas essencialmente por serviços advocatícios e consultorias para gestão dos negócios da companhia, bem como gastos com editais e publicações em jornais e taxas da B3. Vale ressaltar que a Diretoria Executiva da companhia está constantemente reavaliando todas as despesas e sempre buscando as melhores alternativas para reduzi-las, com a adoção de medidas que melhorem sua gestão, tais como renegociação de contratos com fornecedores, abertura de concorrência para contratação de escritórios de advocacia e consultorias, buscando constantemente melhores condições de preços e custo benefício, preservando a sua estrutura de capital saudável.

Em 2019, as despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram

R\$ 17,1 milhões, sendo R\$ 13,3 milhões de despesas de pessoal e R\$ 3,8 milhões de despesas gerais e administrativas. A variação no exercício de 2019 deveu-se, a menores gastos com serviços advocatícios para gestão dos negócios da Companhia.

Em 2018, as despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram

R\$ 26,3 milhões, sendo R\$ 6,3 milhões de despesas de pessoal e R\$ 20,0 milhões de despesas gerais e administrativas. A variação no exercício de 2018 deveu-se, a maiores gastos com serviços advocatícios para gestão dos negócios da Companhia.

Em 2017, as despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram

R\$ 19,2 milhões, sendo R\$ 6,1 milhões de despesas de pessoal e R\$ 13,1 milhões de despesas gerais e administrativas. A variação no exercício de 2017 deveu-se, a maiores gastos com serviços advocatícios e consultorias para gestão dos negócios da Companhia.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da BRADESPAR, em 2019, atingiu o valor positivo de R\$ 12,5 milhões, devido, principalmente, a receita de aplicações financeiras e a redução do endividamento da BRADESPAR, com o resgate antecipado total da sua Terceira Emissão de Notas Promissórias no montante de R\$ 2,458 bilhões, bem como a amortização antecipada parcial da Sétima Emissão Pública de Debêntures Simples, no montante de R\$ 512,7 milhões, ocorrida no final de 2018.

Em 2018, o resultado financeiro atingiu valor negativo de R\$ 35,6 milhões, devido, principalmente, aos juros das debêntures e notas promissórias da BRADESPAR, calculados com base no CDI, impactado pela taxa básica de juros (Selic).

Em 2017, atingiu valor negativo de R\$ 99,2 milhões, devido, principalmente, aos juros das debêntures da BRADESPAR, calculados com base no CDI, impactado pela taxa básica de juros (Selic) no período.

Outras Despesas Operacionais

Em 2018, as outras despesas operacionais, refere-se substancialmente, a despesa com o acordo judicial do processo (Elétron) para encerramento dos litígios judiciais, no montante de R\$ 1,4 bilhão.

Resultado do Exercício

A BRADESPAR, ao final de 2019, apresentou prejuízo de R\$ 403,2 milhões, reflexo do resultado apresentado pela VALE.

Em 2018, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 18,3%.

Já em 2017, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 2,33 bilhões, 270,0% superior ao ano anterior, sendo o melhor resultado da história da Companhia. O

retorno sobre o patrimônio líquido médio alcançou 43,8% (não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido).

É relevante lembrar que o resultado de 2017 foi impactado pela alienação de 53.464.240 ações da CPFL Energia, no valor bruto de R\$ 1,48 bilhão. Ainda assim, descontando esse efeito extraordinário, o resultado antes de IR/CS apresentou crescimento de 69,8% em relação ao ano anterior, reflexo do excelente resultado apresentado pela VALE.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Com relação às alterações significativas sobre o resultado operacional, foram comentadas no item 10.1 h.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A BRADESPAR, como companhia de investimentos, não tem variações das receitas diretamente atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços. Porém pode ser afetada pelos efeitos destas variações nos resultados da VALE.

Variações da receita da VALE poderá impactar de forma relevante os resultados operacionais da BRADESPAR e os principais fatores que afetam seus respectivos resultados operacionais também afetam os da Companhia.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2019 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em novembro e dezembro de 2018, a BRADESPAR alienou 39.058.000 ações ordinárias de emissão da VALE obtendo acréscimo na receita operacional de R\$ 1,24 bilhão.

Em 30 de novembro de 2017, com a adesão à Oferta Pública de Aquisição de ações de emissão da CPFL Energia S.A. pela State Grid Brazil, a BRADESPAR, negociou as ações na B3, pelo valor bruto de R\$ 1,48 bilhão. A BRADESPAR apurou nesta

transação um lucro de R\$ 1,41 bilhão. Os tributos a recolher, referente a COFINS e PIS sobre o lucro apurado na venda das ações, no montante de R\$ 65 milhões, foram compensados com tributos a compensar. Os tributos a recolher, referente ao IRPJ e CSLL sobre o lucro apurado na venda das ações e sobre as atividades operacionais da Companhia, computados a realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, observado o limite de 30% do lucro real do período-base, totalizaram R\$ 333 milhões, foram recolhidos e compensados com tributos a compensar, o montante de R\$ 278 milhões e R\$ 55 milhões, respectivamente.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da BRADESPAR estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os Diretores da BRADESPAR informam que não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis utilizadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos no patrimônio líquido e no lucro líquido da BRADESPAR nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, em decorrência de alterações em práticas contábeis.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamentos Mercantil

O CPC 06 (R2), emitido em janeiro de 2016 em substituição às normas CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil, ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, estabelece que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). O CPC 06 (R2) é mandatório para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019.

A Bradespar adotou o CPC 06 (R2) em 01 de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, a qual não requer a divulgação de informações comparativas.

A nova norma foi adotada para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e do ICPC 03.

Em 01 de janeiro de 2019 foram registrados ativos e passivos no montante de R\$ 4.176.611, os montantes foram trazidos a valor presente por uma taxa de desconto entre 6,59% e 9,97% dependendo do prazo de arrendamento de cada contrato.

Políticas Contábeis

A Bradespar avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Bradespar aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Bradespar reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

No início de um arrendamento, a Bradespar reconhece um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Organização possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial, descontados pela taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do arrendamento.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Bradespar leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo spread de crédito.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da CPC 06 (R2) pois tratam-se de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Bradespar aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

IFRIC 23 - Aplica-se a qualquer situação em que haja incerteza sobre se um tratamento de tributos sobre o lucro é aceitável pela Autoridade Fiscal, de acordo com a legislação tributária. Neste sentido, Autoridade Fiscal é considerada a decisão final dos tribunais superiores sobre a matéria. O escopo da Interpretação inclui todos os impostos abrangidos pela IAS 12, ou seja, tanto o imposto corrente como o imposto diferido. No entanto, não se aplica à incerteza relativa a tributos abrangidos por outras normas. A IFRIC 23 tornou-se operacional para períodos financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Efetuou-se um estudo sobre os efeitos produzidos pela referida norma e concluiu-se que não houve impactos materiais na BRADESPAR.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não ocorreram ressalvas e ênfases no relatório dos auditores independentes.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A apresentação das demonstrações contábeis está de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração adotados pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, os quais requerem que a Administração da Companhia, em alguns casos, faça julgamentos e preparem estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente dos ativos e passivos, em cada período, e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base em novas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas. Essas estimativas, mesmo que revisadas, poderão ser diferentes dos resultados reais futuros da Companhia.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão apresentados a seguir:

(i) Classificação dos ativos financeiros

A partir de 2018, a Companhia passou a aplicar o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para

obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados, diretamente, no resultado do período.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM no 594/09, sendo:

Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Organização tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a

complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

10.6 - Itens Relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos;

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não houve itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b) natureza e o propósito da operação

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não houve itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

10.8 - Plano de negócios

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A BRADESPAR é uma companhia de investimentos, foi constituída em 30 de março de 2000, por meio da cisão parcial do Bradesco. Em 31 de dezembro de 2019, o investimento era composto pela investida VALE. Sua receita operacional é proveniente na maior parte do resultado da equivalência patrimonial, que inclui juros sobre o capital próprio e/ou dividendos recebidos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não foram divulgadas a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há novos produtos e serviços no plano de negócios da Companhia.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Conforme orientação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, bem como em atendimento ao CPC 24 – Eventos Subsequentes, a Administração da BRADESPAR informa que não foi possível, neste momento, mensurar eventuais impactos econômico financeiros futuros decorrentes da pandemia do Covid-19, considerando ainda que a BRADESPAR é uma Holding e suas operações são afetadas principalmente pelo impacto de seu investimento em empresa com influência significativa. A propagação do Covid-19 e os consequentes efeitos nos mercados ocorreram no início de 2020, isto é, esses acontecimentos não fornecem evidências adicionais sobre a situação que existia em 31 de dezembro de 2019, dessa forma estamos diante de um evento não ajustável nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.